

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE CAMPOS

MARIA CAROLINA PEIXOTO MACHADO CHAGAS

AS NOVAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA PRODUÇÃO DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CONTEMPORANEIDADE: UMA
ABORDAGEM QUANTI-QUALITATIVA DAS PESSOAS ATENDIDAS NO CENTRO
POP DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.

Campos dos Goytacazes

2017

MARIA CAROLINA PEIXOTO MACHADO CHAGAS

AS NOVAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA PRODUÇÃO DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CONTEMPORANEIDADE: UMA
ABORDAGEM QUANTI-QUALITATIVA DAS PESSOAS ATENDIDAS NO CENTRO
POP DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.

Trabalho de final de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Érica Terezinha Vieira de Almeida

Campos dos Goytacazes

2017

MARIA CAROLINA PEIXOTO MACHADO CHAGAS

AS NOVAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA PRODUÇÃO DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CONTEMPORANEIDADE: UMA
ABORDAGEM QUANTI-QUALITATIVA DAS PESSOAS ATENDIDAS NO CENTRO
POP DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.

Trabalho de final de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em Janeiro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Érica Terezinha Vieira de Almeida - Orientadora.
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Leda Regina de Barros Silva
Universidade Federal Fluminense

Assistente Social Marcos Antônio Nascimento da Silva

Campos dos Goytacazes
2017

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial para mim, autor da minha vida, meu guia, socorro bem presente na hora da angústia. Sem Ele eu não teria forças para enfrentar essa longa jornada.

Agradeço à minha mãe Márcia por estar sempre comigo, meu pai Alcinei, meus irmãos Hugo Gabriel, Lucas e toda minha família.

Agradeço aos meus amigos e irmãos Éder, Rosana, Vinícius, Kíssila e Ednardo por estarmos sempre juntos, compartilhando alegrias e tristezas (não viam a hora de tudo isso terminar). Muito obrigada pelos conselhos e por estarem sempre torcendo por mim.

Agradeço também às minhas amigas de graduação e de vida com certeza Camila, Leila e Thaís. Vocês foram extremamente importantes nessa caminhada. E todas as colegas de curso que contribuíram de alguma forma para minha formação como pessoa também.

À professora Érica pela paciência, carinho na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia. Amei ter você como professora e orientadora.

Agradeço ao assistente social e supervisor de estágio Marcos Antônio Nascimento da Silva. Obrigada por todas as suas contribuições e reflexões.

Agradeço à professora Leda por também ter contribuído para a elaboração desta monografia. Além da minha inserção no “Grupo de Estudos sobre População em Situação de Rua”. Com certeza esse é só o início de um longo e importante trabalho. Obrigada a todos.

Agradeço aos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia, aos profissionais do Centro POP, a todos os meus amigos, enfim, agradeço a todos que contribuíram e me incentivaram durante todo este período e acreditaram que eu conseguiria concluir o curso de Serviço Social. Muito obrigada a todos de coração.

“O olhar tem algo de estranho, de paradoxal, a total facilidade de olhar contrasta com a dificuldade de olhar bem. Se há luz, só de abrir os olhos as coisas que nos rodeiam nos aparecem, mas em compensação, é preciso prestar atenção, reparar bem, para perceber aspectos da realidade e, sobretudo, para perceber as coisas de outra maneira”.

Josep M. Esquirol

LISTA DE SIGLAS

CADUNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAPS AD	Centro de Atendimento Psicossocial para Álcool e drogas
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DETRAN	Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNPSR	Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua
PNPR	Política Nacional para População em Situação de Rua
PSE	Proteção Social Especial
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
TRE	Tribunal Regional Eleitoral

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População em situação de rua – por gênero (Brasil).....	29
Gráfico 2 - Pessoas em situação de rua - por gênero (Campos).....	29
Gráfico 3 - População em situação de rua - por faixa etária/homens (Brasil).....	31
Gráfico 4 - População em situação de rua - por faixa etária/mulheres (Brasil).....	32
Gráfico 5 - Pessoas em situação de rua - por faixa etária (Campos).....	32
Gráfico 6 - População em situação de rua - por etnia (Brasil)	33
Gráfico 7 - Pessoas em situação de rua - por etnia (Campos).....	33
Gráfico 8 - População em situação de rua - por principais razões da ida para as ruas (Brasil).....	34
Gráfico 9 - População em situação de rua – por principais razões da ida para as ruas (Campos/2014)	36
Gráfico 10 - População em situação de rua – por principais razões da ida para as ruas (Campos/2015)	36
Gráfico 11- Aspectos específicos identificados em pessoas atendidas no serviço durante o mês de março - (Campos/2015)	37
Gráfico 12 - Pessoas em situação de rua (migrantes) - por origem (Campos).....	38
Gráfico 13 - Pessoas em situação de rua (migrantes)- por região sudeste (Campos).....	38
Gráfico 14 - População em situação de rua - por principais razões das migrações (Brasil)	39
Gráfico 15 - População em situação de rua - por atividades desempenhadas (Brasil).....	41
Gráfico 16 - População em situação de rua - por escolaridade (Brasil)	43
Gráfico 17 - Perfil dos casos novos/março- 2015 - por escolaridade (Campos).....	43
Gráfico 18 - População em situação de rua - por posse de documentação (2008).....	45
Gráfico 19 - População em situação de rua - por tempo de permanência em albergues (Brasil).....	55
Gráfico 20 - Pessoas atendidas na instituição x - por tempo de permanência (Campos/2015)	55
Gráfico 21 - Pessoas atendidas na instituição y - por tempo de permanência (Campos/2015)	56

RESUMO

O presente trabalho é resultado da experiência de estágio da autora no Centro de Referência Especializado para População em situação de Rua (Centro POP), em Campos dos Goytacazes/RJ e, portanto, fruto das minhas inquietações e questionamentos diante das demandas apresentadas pelas pessoas atendidas na referida Instituição. Desse modo, pode-se afirmar que ele foi organizado na perspectiva de compreender as novas expressões da “questão social” na produção da população em situação de rua na contemporaneidade. Para tal, buscou-se investigar a relação da população em situação de rua com o trabalho, antes e depois da sua condição de população de rua, bem como as suas trajetórias e representações sobre o trabalho e, também, sobre as motivações que provocaram a ida para as ruas. Como suporte e fundamentação para as reflexões aqui realizadas foram utilizadas pesquisas quanti-qualitativas em âmbito nacional (BRASIL,2008) e local (RIBEIRO,2014 ; ROCHA; SILVA, 2016), além das entrevistas semi-estruturadas realizadas pela autora com seis pessoas em situação de rua atendidas no Centro POP de Campos dos Goytacazes. Compõe, ainda, este estudo algumas reflexões acerca das mudanças operadas na Política Nacional de Assistência Social, considerando os seus avanços recentes, em especial, aqueles relativos à condição conquistada pela população em situação de rua - como sujeitos de direitos - e os desafios e tensões que permanecem na sua implementação.

Palavras-chave : Pobreza . População em situação de rua . “Questão social”; Política nacional de assistência social . Trabalho.

ABSTRACT

The present work is a result of the author's internship experience in the Specialized Reference Center for Street Population (POP Center), In Campos dos Goytacazes and, therefore, the fruit of my worries and questionings in front of the demands presented by the persons attended in the said Institution. In this way, it can be affirmed that it was organized with the perspective of understanding the new expressions of the "social question" in the production of the street population in contemporary times. In order to do so, we sought to investigate the relationship of the population living in the street with work, before and after their condition as a street population, as well as their trajectories and representations about work and also about the motivations that led to the going to the streets. As support and ground for the reflections made here, quantitative and qualitative research was used at the national level (BRASIL, 2008) and local (RIBEIRO, 2014; ROCHA; SILVA, 2016), in addition to the semi-structured interviews carried out by the author with six street people in the POP Center of Campos dos Goytacazes. This study also reflects on the changes made in the National Social Assistance Policy, considering its recent advances, especially those related to the condition conquered by the street population - as subjects of rights - and the challenges and tensions That remain in its implementation.

Keywords: Poverty . Street population . “Social question” . National social assistance policy . Job.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A “QUESTÃO SOCIAL” E SUAS EXPRESSÕES NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA ABORDAGEM SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	13
1.1 O trabalho como categoria central na ontologia do ser social e a sua ressignificação na sociedade capitalista	13
1.2 A população em situação de rua como expressão da “questão social”	21
2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUA REPRODUÇÃO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA.....	26
2.1 A população em situação de rua: um fenômeno de múltiplas determinações	26
2.2 Uma análise sobre as políticas sociais voltadas para População em Situação de Rua.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho Final de Curso (TFC) que busca refletir sobre a temática da População em Situação de Rua surgiu dos meus questionamentos em relação às demandas apresentadas pelos sujeitos atendidos no Centro Pop (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), situado no município de Campos dos Goytacazes/RJ, onde realizei o meu estágio curricular obrigatório enquanto graduanda do Curso de Serviço Social. Chamaram a minha atenção, em especial, as demandas relacionadas à falta de oportunidades de emprego, os problemas com a dependência química, além da forte presença dos migrantes nas ruas. Estes últimos relatavam que estavam no município em busca de “uma vida melhor”, sempre remetendo suas lembranças, durante os atendimentos, às condições em que viviam em suas cidades ou estados de origem.

O processo de estigmatização contra esse segmento é histórico e cada vez mais presente em nossa sociedade. A falta de oportunidade de trabalho e de acesso aos direitos sociais fundamentais, cotidianamente violados, vem negando a este segmento a sua própria dimensão humana. Foi essa problemática percebida através dos meus acompanhamentos nos atendimentos e a partir da observação da rotina da Instituição que despertou o meu interesse em investigar qual seria a relação da população em situação de rua com o trabalho, antes e depois da sua condição de população de rua, e, por sua vez, as trajetórias e representação do trabalho para esse segmento. Nesse sentido, ganham centralidade no estudo aqui apresentado além da categoria trabalho, também, as categorias “questão social” e pobreza. As duas primeiras serão trabalhadas a partir do referencial teórico-metodológico marxista e a pobreza como uma expressão da “questão social” e, portanto, como um fenômeno multidimensional que se articula com um conjunto de outras expressões da questão social na contemporaneidade, como o não acesso aos direitos fundamentais como o direito ao trabalho, à moradia, à saúde em geral e à saúde mental, em particular, à educação de qualidade, dentre outras expressões da questão social.

Como instituição pública da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG) que atua na implementação da Política de Assistência Social, mais especialmente, prestando atendimento às pessoas que utilizam as ruas como o seu espaço de moradia e sobrevivência, o Centro Pop participa da estrutura do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) na área da Proteção Social Especial (PSE), de média complexidade, uma conquista recente e que merece ser protegida, mesmo com suas lacunas e problemas.

Cabe salientar, que a população presente nas ruas do município de Campos dos Goytacazes, em especial, uma parcela da mesma que é atendida no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, faz parte de um segmento da população que não possui os seus direitos efetivados, “sobrevivendo” no limite de suas condições, de forma precarizada e desumana. Sabemos que este fenômeno não é exclusivo do município de Campos dos Goytacazes e nem um fenômeno contemporâneo. Sua caracterização como uma expressão da “Questão Social” na contemporaneidade pretende por luz às particularidades que este tema vem ganhando mais recentemente no país.

Contribuíram para este estudo quanti-qualitativo, os dados e as informações sobre o perfil sócio econômico da população em situação de rua, obtidos através da realização do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008); o levantamento com os usuários do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop em Campos dos Goytacazes, realizado por Ribeiro (2014) e, também, o perfil das pessoas atendidas no Centro Pop/Campos dos Goytacazes realizado por Rocha e Silva (2016). Além desses, foram importantes fontes de informações, os diários de campo e os relatórios semestrais elaborados por exigência das disciplinas de estágio supervisionado V e VI e, por fim, as entrevistas semi-estruturadas realizadas pela própria autora com usuários do Centro Pop de Campos dos Goytacazes. Em todo o trabalho buscou-se respeitar o sigilo acerca da identidade dos entrevistados, daí a decisão por abreviar os nomes dos mesmos.

O tratamento do tema proposto foi desenvolvido em três capítulos. O primeiro, *A “Questão social” e suas expressões no capitalismo contemporâneo: uma abordagem da população em situação de rua* pretende apresentar o trabalho como categoria central na ontologia do ser social e as transformações ocorridas no trabalho como produção de valor de uso (das necessidades) nas sociedades capitalistas, bem como os rebatimentos na classe trabalhadora, com destaque para o surgimento da superpopulação relativa, segundo a tradição marxiana. O capítulo problematiza o fenômeno da superpopulação relativa, aprofundando a sua relação com o surgimento da população em situação de rua, vista como expressão da “questão social”.

O segundo e último capítulo intitulado *A população em situação de rua e sua reprodução no contexto da sociedade capitalista contemporânea* buscou melhor compreender o fenômeno população em situação de rua, suas formas e as novas questões enfrentadas por esse segmento da população, a partir das análises realizadas tendo como referência as pesquisas citadas anteriormente, em âmbito nacional e local, procurando demonstrar permanências e

mudanças no comportamento dessa população e suas relações com as expressões contemporâneas da questão social, em especial, aquelas vinculadas às rupturas nos vínculos familiares e o uso de álcool e drogas, como fatores desencadeadores da ida para as ruas. O capítulo discutirá, também, a forma como essa população vem sendo tratada pelas políticas públicas, com destaque para a Política Nacional de Assistência Social/SUAS (2004), em especial, para os programas voltados para esse segmento da população, enfatizando as suas conquistas e lacunas bem como os atores que foram importantes nessa conquista.

1 A “QUESTÃO SOCIAL” E SUAS EXPRESSÕES NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA ABORDAGEM DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

1.1 O trabalho como categoria central na ontologia do ser social e a sua ressignificação na sociedade capitalista

Iniciamos este capítulo abordando o trabalho como categoria central na construção do ser social, como aponta Marx. Partimos da concepção de que o trabalho é considerado a atividade pela qual os homens se diferenciam dos outros animais/espécies. Assim já revelavam Marx e Engels (2002)

Pode se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. (MARX;ENGELS, p.10-11, apud SILVA, 2009, p.38-39).

O trabalho aparece como elemento central na construção da consciência e definição do modo de vida do homem ao provocar transformações no processo de sociabilidade humana e na construção da sua própria identidade. O trabalho é considerado como ponto de partida para o desenvolvimento do processo de humanização do homem. Pelo trabalho o homem é capaz de interagir com a natureza, modificá-la, substituir e reproduzir-se por meio de produtos gerados nas modificações realizadas. Ao agir sobre a natureza, ele também se modifica, alterando a sua forma de se relacionar com os outros homens.

O trabalho é a atividade orientada para um fim, isto é, para a produção de valores de uso, segundo autores de tradição marxista. É o homem apropriando-se da natureza para satisfazer as suas necessidades. Mais tarde, já sob o modo de produção capitalista, o trabalho passa a ser produtor de valor de uso e de troca (MARX, 2002). A natureza é o terreno dos valores de usos sociais ou a produção de valores de uso em forma de natureza produzida, isto é, construída e modificada pela ação humana, como aponta Harvey (2004). Enquanto produtor de valor de uso, o trabalho é reconhecido como atividade existencial do homem, sua atividade livre e consciente.

Enquanto produtor de valor de troca, segundo a lógica do marxismo, o trabalho é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, o tempo padrão, para produzir uma

mercadoria, o que possibilitará a troca de determinado produto por outro desde que ambos possuam o mesmo tempo de trabalho social.

No processo de trabalho, a forma de intervenção do homem na natureza se dá pela mediação dos objetos de trabalho que requerem do homem em relação a sua utilização, o desenvolvimento de habilidades não só práticas, mas também reflexivas se diferenciando assim dos animais. Sobre a compreensão do fundamento da própria categoria trabalho, afirma Iamamoto (2007)

O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela matéria, intelectual ou artística. É por meio do trabalho que o homem se afirma como *um ser que dá respostas* prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades. (IAMAMOTO,2007,p.60)

O homem ao agir sobre a natureza a faz de forma intencional, seus atos são voluntários e conscientes em relação à finalidade pretendida. É essa consciência humana, bem como a capacidade de pensar e estabelecer metas e fins para suas atividades que diferencia o homem dos animais. Em relação a essa diferenciação Iamamoto (2007,p.60) aponta que o “trabalho é, pois, o selo distintivo da atividade humana. Primeiro, porque o homem é o único ser que, ao realizar o trabalho, é capaz de projetar, antecipadamente, na sua mente o resultado a ser obtido”.

Essa capacidade de projeção e antecipação de resultados se apresenta por uma dimensão teleológica do homem como ser social, ou seja, atividade conduzida a partir de um fim proposto pelo sujeito. Essa fixação de conhecimentos se dá pela cooperação, por convivência grupal e interação social. A partir daí os homens sentiram a necessidade de uma comunicação não gestual, que os levassem a uma coordenação múltipla de trabalho, permitindo o surgimento da linguagem por meio de sons e por meio do desenvolvimento da linguagem falada dos órgãos, sentidos e da convivência em grupo, essa linguagem articulada, que além de aprendida é condição para o aprendizado (NETTO; BRAZ, 2007).

O trabalho é uma atividade coletiva portanto o sujeito envolvido em seu processo nunca pode ser considerado um sujeito isolado, mas sempre alguém inserido num contexto, formado por um conjunto (mais ou menos estruturado) de outros sujeitos. Toda organização das atividades que envolvem o trabalho é dotada de coletivização não só dos conhecimentos, mas de todas as etapas do trabalho, por isso o caráter coletivo das atividades que compõem o trabalho, proporcionando, assim, o desenvolvimento do homem como ser social, como afirma Netto e Braz (2007)

O trabalho só deve ser pensado como atividade exercida exclusivamente por homens, membros de uma sociedade, atividade através da qual – transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidades – se cria a riqueza social [...] o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social. Em poucas palavras, estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constitui como tal. (NETTO ; BRAZ,2007,p.34)

Nesse primeiro momento não houve uma divisão institucionalizada na organização do trabalho e todas as atividades recaíam sobre todos os membros da comunidade, não havendo uma divisão social definida. Desse modo, todos trabalhavam e possuíam acesso ao produto resultado do trabalho e além disso não havia propriedade privada dos meios de produção, tão pouco uma produção excedente, visto que se visava apenas a produção do valor de uso, ou seja, de mercadorias que respondiam às necessidades dos sujeitos individuais e coletivos.

O homem ampliou seus conhecimentos acerca da natureza com o domínio da técnica tornando-se capaz de planejar e executar de forma mais eficiente suas ações, alterando não só sua forma de interação com a natureza, mas também o seu relacionamento com os outros homens. Com o desenvolvimento das forças produtivas, a produção começou a gerar excedentes, que por sua vez passaram a ser trocados entre diferentes grupos. Nesse processo de troca, houve uma ruptura entre produção e consumo, no qual os trabalhadores passam então a produzir prioritariamente para troca, isto é, para a produção de valor de troca, que consiste na mercadoria produzida dentro do modo de produção capitalista, gerando mais-valia e lucro.

Surge então a propriedade privada, cedendo lugar à comunidade baseada na troca e construindo assim uma nova forma de estrutura social, baseada não somente na propriedade privada, mas também na divisão social do trabalho que passa a dividir os homens em duas classes sociais: - a dos proprietários (donos dos meios de produção) e a dos não - proprietários, dos trabalhadores, ou ainda, segundo Antunes (2006) a classe que vive do trabalho.

Com o capitalismo o trabalho assume uma condição de estranhamento e alienação, havendo uma separação entre os donos dos meios de produção e aqueles que possuem apenas sua força de trabalho a oferecer. Segundo Iamamoto (2007)

Para o trabalhador, o processo produtivo ocorre por meio de uma *relação de estranhamento* em que *tudo lhe é alheio*: os materiais que elabora, os instrumentos com que trabalha e o próprio trabalho vivo, sua manifestação vital específica que foi cedida ao capital para o uso durante a jornada de trabalho. O trabalhador, portanto, relaciona-se com sua atividade como algo alheio, submetido à supervisão e aos planos de outrem, mero meio de valorização de valores existentes materializados em condições de trabalho, que dominam o trabalho vivo. O trabalho só pertence ao indivíduo produtor como *esforço*, mas como *substância criadora de valor* é propriedade do capital. (IAMAMOTO,2012, p. 77, grifo do autor)

O trabalho apresenta uma dicotomia, ora mecanismo fundante da sociabilidade humana, ora se transformando em estratégia de subsistência ligado a um processo de alienação e estranhamento desse próprio homem.

No capitalismo o trabalho é reduzido a meio de subsistência e de adquirir “coisas”, tecido numa sociedade em que a acumulação material é sobremaneira valorizada e as relações sociais estabelecidas se limitam a compra e venda de mercadoria e obtenção de lucro. Um sistema de produção, cujo objetivo principal é a retirada de lucro, através do processo de exploração que recai sob trabalhador, ainda que para isso tenha que colocar em detrimento a vida do mesmo, ou seja, a sua reprodução social. Como se vê, uma relação dotada da contradição, pois ao mesmo tempo que o trabalho se constitui como elemento central na construção do ser como sujeito social, sob o capitalismo, o trabalho passa a se tornar meio de sobrevivência, ou seja, em condições bem aquém daquelas consideradas adequadas ao pleno desenvolvimento do sujeito em meio à sociedade. Sobre essa contradição apresentada pelo capitalismo, Carvalho (2008) afirma que

sabemos que somente o trabalho é capaz de produzir valor e o que percebemos hoje é que esse capital, que põe o trabalho como medida, cada vez mais diminui o trabalho vivo necessário na produção do valor, que são as riquezas e as mercadorias. Isso é uma contradição, pois ele mesmo vai corroendo as próprias bases de valorização. Por isso, nesse sentido, o capital é uma contradição permanente e em processo. (CARVALHO,2008,p.10)

O indivíduo trabalha para garantir sua sobrevivência, se sujeita à exploração, condições de trabalho desumanas, insalubres, em prol de sua satisfação ou na tentativa de satisfazer suas necessidades básicas. O trabalho torna-se mero meio de subsistência do homem, onde a força de trabalho possui como principal finalidade a valorização do capital, causando um estranhamento no sujeito que anteriormente produzia para seu sustento e agora está inserido num modo de produção centrado numa lógica que visa o lucro. Este lucro se dá por intermédio da obtenção de mais-valia, resultante da exploração de sua força de trabalho.

A passagem do século XIX para o século XX foi marcado pela transição do capitalismo concorrencial para sua fase monopólica e para que o capitalismo mantivesse suas necessidades de acumulação supridas, foi preciso que suas formas de sociabilidade fossem rearticuladas. As mudanças estruturais ocorridas no “mundo do trabalho” foram diversas, gerando impactos sobre o próprio trabalhador.

Para compreendermos toda essa transformação nas relações sociais, sob o modo de produção capitalista, é preciso entendermos um pouco sobre as diferentes fases que o processo produtivo assumiu sob o modo de produção capitalista, como o taylorismo/fordismo e o

toyotismo, a partir do amplo processo de reestruturação produtiva iniciado a partir dos anos 80 em virtude, principalmente, do processo de desenvolvimento das forças produtivas.

No capitalismo monopolista o modelo estabelecido de organização do processo produtivo era o taylorismo, que por sua vez foi uma estratégia, dentro do modo de produção capitalista, que apresentou como fator importante, a utilização de maquinaria e, conseqüentemente, da introdução de novas tecnologias – uma produção coletiva e em série num mesmo espaço, com grande contingente de operários/as trabalhando simultaneamente de forma parcelar, cronometrada e rápida.

O fordismo surge com o objetivo de aumentar a obtenção dos lucros através da junção da prática do sistema taylorista com o processo de produção em massa e mais a dinâmica repetitiva do trabalho, fragmentando e distanciando o trabalhador, isto é, um modelo produtivo em que não era necessário que o esse trabalhador obtivesse conhecimento sobre todas as etapas do processo de produção.

As décadas de 70 e 80 deram início a um imenso processo de transformações no mundo do trabalho que romperam, ainda que não completamente, com o padrão fordista, adotado anteriormente pelo capitalismo. Nomeada pelos autores de reestruturação produtiva, ela constitui um processo de reajustamento no âmbito produtivo, social e político, na procura por um novo padrão de acumulação e regulamentação social e política.

No toyotismo, o trabalhador passa a assumir outras funções, ao contrário do sistema fordista-taylorista, é necessário que o operário conheça todo o processo produtivo, ou seja, cada etapa da produção das mercadorias, além das tecnologias implantadas na fábrica, logo é necessário mão-de-obra qualificada. Esse modelo também conhecido como o modelo de acumulação flexível, acarretou modificações no que se refere à estrutura do trabalho, tendo a flexibilização como elemento principal, inclusive no que se refere aos direitos da classe trabalhadora. Esse padrão de “acumulação flexível” segundo Harvey (2004) é

marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas [...]. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego estrutural [...], rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais. (HARVEY,2004,p.140-141)

Além das terceirizações, da precarização do trabalho, do aumento do desemprego e expansão da informalidade, essa nova modalidade de acumulação capitalista nomeada de acumulação flexível, acarretou em um novo projeto societário conhecido como projeto neoliberal. A introdução das medidas neoliberais na América Latina e no Brasil, em particular, acabaram por contribuir para o agravamento do quadro geral de desemprego no país. Esse novo modelo, ao mesmo tempo que traz novas formas de avanço tecnológico, vem potencializando o trabalho precarizado e o desemprego, assim como a destruição de um conjunto de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora.

Assim, podemos afirmar que as duas últimas décadas de 80 e 90, foram sinônimo de mudanças no mundo do trabalho, fruto das transformações operadas no processo de reprodução do capitalismo mundial. Os trabalhadores foram os mais afetados por essas mudanças, como descrito acima, já que a crise e o desemprego atingiram o mundo. Segundo dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho), o desemprego mundial pode chegar a 200 milhões neste ano de 2017, sendo que o Brasil pode ter 1 em cada 5 desempregados no mundo.

Antunes (1953) aponta que o desemprego atingiu o mundo, mesmo que de forma distinta em função das particularidades de cada país, o que não impediu que os impactos fossem sentidos. Essas transformações desenvolvidas como verdadeiras estratégias para contornar a situação de crise por meio de um processo de reestruturação produtiva, financeirização do capital e reordenação do papel do Estado dentre outras medidas, com o objetivo de amenizar seus efeitos e contribuir para a manutenção dos superlucros.

A reestruturação produtiva se baseou na reorganização das forças produtivas, do papel de cada trabalhador na produção das mercadorias focando na reprodução do capital e nas relações sociais trabalhistas. As mudanças no mundo do trabalho por meio da reestruturação produtiva, passaram por diversas fases constituídas de avanços e recuos por parte dos trabalhadores na legitimação de seus direitos trabalhistas. Sobre a reestruturação produtiva do capital no Brasil nos anos 90, Antunes (2006) afirma que no

estágio atual do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho emplacadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que aparece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços, como se pode constatar que o fordismo periférico e subordinado, que foi estruturado, cada vez mais se mescla fortemente com novos processos produtivos, em grande expansão, consequência da liofilização organizacional, dos mecanismos próprios oriundos da acumulação flexível e das práticas toyotistas que foram e que estão sendo assimiladas com vigor pelo setor produtivo brasileiro. (ANTUNES,2006,p.19)

Entende-se diante do que o autor afirmou, que o processo de reestruturação produtiva no país foi intenso e ocasionou em medidas que puseram em declínio as condições para os trabalhadores, como a flexibilização do trabalho com baixa remuneração, a terceirização dos setores, o aumento da exploração excessiva do trabalho e da elevação das taxas de lucro, em detrimento as condições de trabalho.

O desemprego tem afetado todos os trabalhadores, não limitando apenas àqueles considerados menos habilitados, mas até mesmo aqueles mais qualificados no mercado, demonstrando o impacto que a crise do capital tem sobre o mercado de trabalho. Segundo Mézáros (1995)

como resultado da tendência o problema não se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores *altamente qualificados*, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação “racionalizadora” não está mais limitada aos “ramos de uma indústria obsoleta”, mas abarca alguns dos mais desenvolvidos e modernizados setores da produção – da indústria naval e da aeronáutica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial. Portanto, não estamos mais diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, mas de seu movimento em direção ao colapso; nem tampouco diante dos problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não-qualificados: ou seja, obviamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade. (MÉSZÁROS, p.54-55, apud ANTUNES, 2006, p.29-30, grifo do autor)

A mundialização do capital, que consideramos como a nova forma de reprodução do capital sob a hegemonia do capital financeiro e das suas estratégias de reprodução, apresenta um alcance planetário, trazendo fortes implicações no mercado de trabalho e nas demais esferas da sociedade.

A pobreza também se intensificou frente a esse processo de desemprego estrutural e de precarização do trabalho, haja vista que os trabalhadores não só perderam seus empregos como também passaram a ter seus salários e /ou rendimentos bastante rebaixados, em especial os trabalhadores informais, agravando ainda mais a questão social que tem sua gênese na sociedade capitalista, fundada na exploração da força de trabalho. Podemos compreender a pobreza como consequência das relações capital/trabalho e a questão social se apresentando como desdobramento desse processo.

A desregulamentação, iniciada na esfera financeira, invade paulatinamente o conjunto do mercado de trabalho e todo o tecido social, na contratendência das manifestações do crescimento lento da superprodução endêmica, que persiste ao longo dos anos 90. (IAMAMOTO, 2015, p.111)

A partir dos anos 90, como aponta Behring e Boschetti (2008, p.156) diversas das conquistas sociais legitimadas pela Constituição Federal de 1988 foram desregulamentadas, refletindo no papel do Estado que, por sua vez, passa a agir como um importante agente das políticas neoliberais, passando a atuar de forma ineficaz e insuficiente frente às expressões da questão social, o que acirra ainda mais as desigualdades sociais no Brasil. Como aponta Pochmam (2008)

as medidas introduzidas no conjunto de políticas de emprego durante a década de 1990 terminaram por não alterar o comportamento fragmentado e pulverizado das políticas públicas de atenção ao desemprego. Ademais da baixa efetividade e eficácia das políticas de emprego do governo federal, assistiu-se a permanência de reduzida sensibilidade na aplicação dos escassos recursos públicos para com a heterogeneidade do desemprego. (POCHMAM,2008,p.32)

De igual modo, a introdução de medidas de corte neoliberal desencadeou num agravamento do quadro geral de desemprego no Brasil, colaborando para a transferência da responsabilidade pública para o indivíduo. Ainda de acordo com Pochmam (2008, p. 32) [...] uma vez que o corte de recursos públicos na área do trabalho, acompanhado da flexibilização do mercado de trabalho e da desregulação das políticas públicas do trabalho somente fragilizou ainda mais a condição deste mesmo trabalho.

A forma de acumulação capitalista pela via da reestruturação produtiva, aumenta a intensificação de exploração do trabalho, a internacionalização da produção, a incorporação de tecnologias mais avançadas. O cenário nos apresenta a “financeirização da economia” capitalista de âmbito internacional, que por sua vez provoca instabilidade nos países. Todos esses fatores em conjunto, provocaram os governos a alçarem estratégias, no sentido de construir políticas monetárias, para se adequar a conjuntura internacional que se apresentava em uma fase crítica.

Num contexto de crescente desemprego, os trabalhadores, mesmo aqueles “qualificados” se vêm inseguros e preocupados com a redução cada vez maior, dos postos de trabalho, além das péssimas condições ofertadas restando para muitos apenas a informalidade, cada vez mais presente no mercado de trabalho.

A própria flexibilização no setor produtivo, se intensificou no marco do ideário neoliberal, provocando impactos e mudanças em todas as esferas da vida do trabalhador. Essas mudanças afetam todas as dimensões do ser social. A insegurança no trabalho é algo que mexe com a instabilidade emocional desse trabalhador a longo prazo, alcançando os laços afetivos e os próprios projetos pessoais desse sujeito. Com as transformações recentes no modo de produção capitalista surgiu também a necessidade de um novo tipo de trabalhador para o mercado de trabalho.

Nesse contexto ganha centralidade a discussão sobre a qualificação do trabalhador que, por sua vez, leva à noção de empregabilidade em substituição ao emprego e ao trabalho protegido. Essa centralidade da chamada empregabilidade como solução ao desemprego passa a dar uma atenção especial às políticas de formação profissional e à formação e educação do trabalhador. Na noção de empregabilidade está contido que quanto melhor for a escolaridade, isto é, quanto maior o número de anos estudados mais “empregável” será o trabalhador. Esta noção é mais cruel do que qualquer outra, pois esconde o caráter destrutivo do capital, onde este conceito de capital humano, agora traduzido como empregabilidade, não mostra que o mercado de trabalho está cada vez mais reduzido.

A promessa integradora da escola esgotou-se e o que o neoliberalismo pôs em seu lugar foi a noção de empregabilidade, como observamos em Gentili (1998, p.89) a “garantia do emprego como direito social [...] desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece”.

No próximo capítulo, onde abordaremos o surgimento do fenômeno da população em situação de rua, realizaremos um breve resgate histórico desse segmento social, destacando a forma pela qual esses sujeitos foram tratados pela sociedade e pelo Estado. Compreendendo a formação da população em situação de rua, a caracterização deste segmento e a sua relação com o agravamento da pobreza, levaremos em consideração as implicações e os impactos do mundo do trabalho, assim como a sua organização, com o fenômeno da população em questão.

1.2 A população em situação de rua como expressão da “questão social”.

Como já observamos as metamorfoses em curso no mundo do trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva e das transformações impostas pela agenda neoliberal, vem afetando intensamente a classe trabalhadora, em especial, os segmentos mais empobrecidos.

Considerando as reflexões de Yazbek (2012), o sistema de produção capitalista caracteriza-se por uma forte concentração da riqueza socialmente produzida sendo este sistema pautado na expropriação e exploração do trabalho para a obtenção de mais-valia instaurando assim um “processo excludente” que produz e reproduz a pobreza, compreendida enquanto um

fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de renda é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política. (YAZBEK, 2012, p.289)

Portanto, essa classe de trabalhadores não tem conseguido se reproduzir socialmente, ou seja, obter alimentação, moradia, vestimenta e os demais meios que permitam a providência da segurança e do conforto para si e sua família. A autora faz uma discussão acerca da pobreza no Brasil e suas formas de enfrentamento, partindo de uma concepção de que a pobreza “como fenômeno complexo e multidimensional, situando-a como expressão de relações vigentes na sociedade” (YASBEK, 2012, p.288) e a pobreza sendo uma das expressões da própria questão social¹ dentro dessa sociedade cujo modo de produção capitalista . Além do desemprego e da precarização, os trabalhadores vêm sendo expostos a um violento processo de desconstrução dos seus direitos e rebaixamento salarial. Para Iamamoto (2015)

a contenção salarial, somada ao desemprego e à instabilidade do trabalho, acentua as alterações na composição da força de trabalho, com a expansão do contingente de mulheres, jovens, migrantes, minorias étnicas e raciais, sujeitos ao trabalho instável e invisível, legalmente clandestino. Cresce o trabalho desprotegido e sem expressão sindical, assim como o desemprego de larga duração. Os segmentos do proletariado excluídos do trabalho envolvem trabalhadores idosos ou pouco qualificados e jovens pobres, cujo ingresso no mercado de trabalho é vetado. (IAMAMOTO,2015,p.119)

Essas mudanças estão presentes tanto na origem do sofrimento do trabalho, quanto na falta dele, isto é, tanto os trabalhadores que estão empregados sofrem com o sentimento de insegurança em perder seus empregos, como os que já estão fora do mercado de trabalho, em estarem cada vez mais distantes de alcançarem algum espaço no mercado de trabalho, conduzindo-os de maneira forçada à uma ociosidade e instabilidade.

¹ A questão social resulta da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo. Supõe, desse modo, a consciência da desigualdade e a resistência à opressão por parte dos que vivem de seu trabalho. Nos anos recentes, a questão social assume novas configurações e expressões, e “as necessidades sociais das maiorias, as lutas dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas, arenas privilegiadas do exercício da profissão” sofrem a influência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital.” (IAMAMOTO, 2008, p.107)

Formam-se assim, extensos segmentos de trabalhadores com condições de se inserirem no mercado, mas que continuam à margem do processo produtivo e das possibilidades de uma vida digna. Martins (2002) chama atenção para que

não nos iludamos, o capitalismo que se expande à custa da redução sem limites dos custos do trabalhador e dos pobres o preço do progresso sem ética nem princípios, privatiza ganhos nesse caso injustos e socializa perdas, crises e problemas sociais. Por diferentes caminhos, essas deformações se disseminam, penalizando a todos e não só a alguns, até mesmo os principais beneficiários desse modo de produzir e acumular riquezas. (MARTINS,2002,p.11)

Como já observamos o perfil do trabalhador brasileiro mudou ao longo dos séculos. A introdução de tecnologias, maquinários, implantação de automação de base microeletrônica, não só subtraiu postos de trabalho, mas também fizeram com que o mercado de trabalho exigisse um trabalhador com experiência, muitas vezes qualificado (com formação técnica) para manusear as máquinas, além de ser um trabalhador polivalente (exercendo várias atividades simultaneamente) para reprodução do capital. Porém, muitos trabalhadores que não se adequaram a essas exigências perderam seus empregos e formando um imenso exército de reserva para todo e qualquer trabalho.

Nesta perspectiva Silva (2009) afirma que só é possível compreender o fenômeno da população em situação de rua, na sua articulação com a questão social, na qual pobreza é uma das suas principais faces. Como afirma Silva (2009)

o fenômeno social população em situação de rua constitui uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas. (SILVA,2009,p.13)

Considerando o trabalho como elemento central na construção da consciência e definição do modo de vida do sujeito, importante atentarmos para a chamada população excedente que Marx denominou como *superpopulação relativa* ou *exército industrial de reserva*, referindo-se justamente àqueles trabalhadores expulsos dos seus postos de trabalho e que precisaram encontrar meios alternativos para garantir a sua sobrevivência fora das indústrias, enfrentando a pobreza e a falta de condições mínimas de vida. Sobre esse processo, Silva (2009) afirma que

o desenvolvimento do capitalismo quebra as resistências à criação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que mantém a oferta e a procura de trabalho e também os salários em sintonia com as necessidades de

expansão do capital. Essa é a maior expressão do domínio do capitalista sobre o trabalhador. (SILVA,2009,p.97)

Logo para Silva (2009), a reprodução deste fenômeno está intrinsicamente relacionada ao processo de acumulação primitiva do capital, que consiste na expropriação dos trabalhadores e seus bens, no entanto essa população cresce desordenadamente dentro da lógica de acumulação do capital, indo para além da capacidade de absorção do próprio capitalismo.

As pessoas passaram a vivenciar processos de perdas, principalmente no que se refere ao emprego e aos rendimentos, não conseguindo suprir suas necessidades e de suas famílias com o desemprego se acirrando no decorrer das décadas. Segundo Tiene (2004, p.19, apud SILVA, 2009, p.97) , “ a mulher e o homem são levados a morar na rua por uma condição imposta pela sociedade de classes, organizada para proteger a mercadoria e o mercado, e não a pessoa e a vida”.

A partir daí muitos acabaram por iniciar um estado de pobreza extrema ou até mesmo indo parar nas ruas, caracterizando um estado de exclusão social. Martins (2002) nos orienta sobre essa discussão, afirmando que

a exclusão moderna é um problema social porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos. A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm um trabalho e sobretudo, não tem esperança. (MARTINS,2002,p.21)

Nos países de capitalismo periférico como o Brasil, a reestruturação produtiva e a redefinição das funções do Estado ocorreram de formas diferentes dos países centrais, mas as consequências foram muitas e mais perversas. O crescimento desse exército de reserva (pessoas desempregadas) que se dá através da reestruturação produtiva, acarretou o agravamento da precarização das relações e condições de trabalho e a queda da renda média real dos trabalhadores. “Esses efeitos produziram uma expressiva superpopulação relativa que fez aumentar as desigualdades sociais e elevar os níveis de pobreza da classe trabalhadora”. (SILVA, 2009, p.21)

Para Silva (2009), nas sociedades capitalistas, a produção e reprodução desse segmento vinculam-se à formação da superpopulação relativa, a partir da relação estabelecida entre o capital e o trabalho, como processo ligado ao novo padrão de acumulação do capital, atrelado à própria questão social como já mencionado.

Em suas consequências sociais adversas, o modelo de desenvolvimento econômico que se firmou no mundo contemporâneo leva simultaneamente a extremos de progresso tecnológico e de bem-estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população. Na medida em que o objetivo do desenvolvimento econômico é a própria economia, podemos defini-lo como um modelo de antidesenvolvimento : o desenvolvimento econômico é descaracterizado e bloqueado nos problemas sociais graves que gera, mais do que legitimado nos benefícios socialmente exíguos que cria e distribui. (MARTINS, 2002, p.13)

Sendo assim o próprio modo de produção capitalista e suas transformações apresentam uma contradição: ao mesmo tempo em que a ideia de desenvolvimento é apresentada e sustentada pelos intensos investimentos financeiros e tecnológicos e uma minoria é então privilegiada com os “ganhos” adquiridos, por outro lado a maioria participante da produção de toda riqueza, os trabalhadores, recebem somente o ônus de todo esse processo. Essas reflexões acerca do mundo do trabalho, suas mutações e rebatimentos na classe trabalhadora nos permite compreender um pouco mais as suas relações com o fenômeno população em situação de rua, bem como os processos sociais e históricos que contornam a trajetória desse segmento.

Nesse sentido esse segmento da sociedade caracteriza-se um fenômeno de múltiplas determinações, inerente à sociedade capitalista, cuja origem e expansão vinculam-se aos processos intrínsecos à acumulação do capital, distinguindo-se, dessa forma, como um fenômeno produzido socialmente no contexto de formação de uma superpopulação relativa às necessidades médias de expansão do capital (SILVA,2009).

Historicamente no Ocidente, a partir da época moderna, o espaço da rua passa a ser governado e se torna objeto de atenção de políticas médico-sanitaristas e higiênicas, na tentativa de redesenhar os espaços e privatizá-los, interferindo nas famílias também. As políticas de promoção de saúde, trabalho, de educação e bem-estar passam a definir populações em governáveis e na busca por disciplinar sujeitos. As experiências nas ruas passam a ser vistas como um problema não só social, mas urbano também.

O urbanismo passou a constituir-se num saber-poder que visava ao remodelamento dos espaços; higienismo da mesma forma enfatizava a profilaxia e a desagregação; a polícia, finalmente, tentava controlar desvios e incentivar a vigilância quanto aos comportamentos aceitáveis. (DORNELESS et all., 2012, p.14)

Os processos sociais e históricos colaboraram para a produção do “social” como um ambiente, em que as relações sociais foram se redefinindo e novos problemas passaram a ser identificados e a rua integrada como espaço presente nesse processo de transformações, que teve início desde a configuração do mundo do trabalho até as classes sociais, sobretudo na classe trabalhadora. Essa classe, em especial os segmentos mais empobrecidos, vem sendo obrigada

também a criar estratégias que lhes garanta a obtenção de alguma renda, para que continue ou ao menos tente satisfazer suas necessidades.

Logo, diante da configuração socioeconômica apresentada, no próximo capítulo abordaremos com maior atenção sobre este segmento que utiliza a rua como espaço de sobrevivência, buscando compreender seus desafios e seus desdobramentos dentro desse modo de produção capitalista.

2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUA REPRODUÇÃO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

2.1 A população em situação de rua: um fenômeno de múltiplas determinações

Como apresentamos no capítulo anterior, Marx chamava atenção para o fato de que no capitalismo há sempre a produção de uma *superpopulação relativa* que consiste na incapacidade de absorção de todos os trabalhadores no mercado de trabalho e que, por isso, precisaram encontrar meios alternativos para garantir a sua sobrevivência, enfrentando a pobreza e falta de condições mínimas de reprodução social. O trabalho, categoria central do ser social, na sociedade capitalista, sobretudo, na contemporaneidade, aparece como um trabalho precarizado produzindo miséria, pobreza e exclusão.

Cabe ressaltar que nas sociedades capitalistas contemporâneas, marcadas pelos avanços tecnológicos em diversas áreas, vem produzindo um desemprego chamado estrutural, de largo prazo e de amplos segmentos de trabalhadores adultos e jovens, de ambos os sexos. Nesse sentido, a produção e reprodução desse segmento vinculam-se à formação dessa superpopulação relativa, a partir da relação estabelecida entre o capital e o trabalho, como processo ligado à acumulação do capital, em especial, do capital financeiro ou capital fetiche como diz Iamamoto (2015). Esse processo, como já apresentado, está na origem do fenômeno da população em situação de rua. Segundo Silva (2009)

o fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão da questão social. Na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa ou exército de reserva e, dessa forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza. Nesse contexto, cresce o fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa. (SILVA,2009,p.27)

É necessário que compreendamos sobre as várias formas de existência dessa superpopulação relativa, que por sua vez configura a população em situação de rua. De acordo com a perspectiva marxiana, esta superpopulação relativa “pode aparecer, conforme as fases do ciclo industrial, de forma aguda, nos períodos de crise, ou de forma crônica, nos períodos de relativa estabilidade” (SILVA, 2009, p.98). Não importa a forma que esta assuma nas suas fases, ela assume de modo contínuo, a configuração de população *flutuante*, *latente* e *estagnada*.

A *flutuante* refere-se ao movimento de trabalhadores nos grandes centros de produção industrial, que ora são atraídos, ora são expulsos pelo mercado de trabalho, característica “típica do perfil contemporâneo da população em situação de rua no Brasil” (SILVA, 2009, p.98). A forma *latente*, corresponde aos fluxos migratórios de trabalhadores da zona rural para a zona urbana. Consiste em trabalhadores rurais expulsos do meio rural, porém não receberam nenhum movimento de atração pelas cidades e constituem. Esse segmento populacional que a constitui está constantemente na iminência desses movimentos migratórios e por isso mesmo está sempre com um pé no pântano do pauperismo²” (MARX, 1988, p.746 apud SILVA, 2009, p.98-99).

A forma *estagnada*, representa o segmento da classe trabalhadora em atividade, que “sobrevive” por meio de ocupações irregulares, em condição de vida abaixo do padrão médio da classe trabalhadora. De acordo com Silva (2009), no

Brasil a maior parte da população em situação de rua vivenciou essa condição antes da situação de rua e, na condição de rua, muitas pessoas assumem essa forma, sobretudo aquelas que realizam atividades como vigia, lavador de carro, engraxate, catador de materiais recicláveis, entre outras ocupações, principalmente do setor não-organizado. (SILVA,2009,p.100)

O *pauperismo* consiste numa parte da superpopulação relativa e comporta a camada que enfrenta as piores condições de vida composta

dos aptos para o trabalho, mas que não são absorvidos pelo mercado; dos órfãos e filhos de indigentes e dos incapazes para o trabalho (pessoas com deficiências incapacitadas para o trabalho, pessoas idosas, enfermos com deficiências incapacitadas para o trabalho, pessoas idosas, enfermos etc) . (SILVA, 2009, p.100-101)

Compreendemos assim, um pouco mais sobre a heterogeneidade da superpopulação relativa e sua relação com a população em situação de rua que, por sua vez, se apresenta como expressão da questão social, de sua origem até o cenário contemporâneo, já apontada no

² “O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 1988, p.747)

capítulo anterior. Não pretendemos neste capítulo, realizar uma retrospectiva histórica deste fenômeno em âmbito internacional ou mesmo no Brasil, mas nos atentamos aos dados e perfis apresentados por diferentes pesquisas e estudos, dentre eles : a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua que irei apresentá-la como PNPSR (BRASIL, 2008)³; o perfil das pessoas atendidas no Centro Pop em 2014 (RIBEIRO, 2014)⁴; o levantamento também realizado no Centro Pop em 2015 (ROCHA; SILVA, 2016)⁵; e as entrevistas realizadas pela própria autora em 2016⁶.

Estas pesquisas possuem diferenças na sua elaboração como também nas metodologias utilizadas. Todavia, foi possível encontrarmos pontos comuns entre elas, que nos ajudaram a compreender a constituição e reprodução do fenômeno. Mas, antes de adentrarmos nos dados das pesquisas, faz-se importante atentarmos para a definição que a Política Nacional para População em Situação de Rua, apresenta para se referir a este segmento.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009b, p.1)

De acordo com o documento de “Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em situação de Rua e serviço especializado para Pessoas em situação de Rua”.

A questão da população em situação de rua deve, portanto, ser compreendida em suas múltiplas determinações, ou seja, há uma multiplicidade de fatores que conduzem a essa situação, incluindo, desde fatores estruturais, como ausência de moradia e inexistência de trabalho e renda, até fatores relacionados à ruptura de vínculos familiares e infortúnios pessoais, como perda dos bens. (BRASIL, 2011)

Buscando estabelecer um perfil socioeconômico dessa população a nível nacional, o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) em parceria com a UNESCO

³ I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua.

⁴ Levantamento feito a partir de 87 cadastros de atendimentos referentes ao mês de novembro de 2014 no Centro Pop (Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua) situado no município de Campos dos Goytacazes.

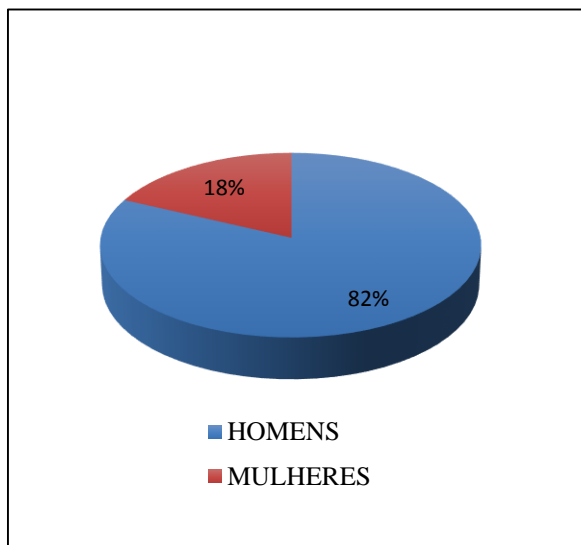
⁵ Levantamento realizado a partir de 136 atendimentos referentes aos meses de setembro, outubro e novembro e alguns dados do mês de março.

⁶ Pesquisa de campo realizada através de entrevista semiestruturada com 5 pessoas atendidas no Centro Pop (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) situado em Campos dos Goytacazes no mês de dezembro de 2016.

(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), realizou, no período entre agosto de 2007 a março de 2008 a Pesquisa Nacional⁷ sobre População em Situação de Rua. Esta pesquisa, que incluiu a contagem e caracterização da população adulta em situação de rua, foi realizada nos municípios com mais de 300.000 habitantes e em todas as capitais, com exceção de Belo Horizonte, São Paulo e Recife, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes, e Porto Alegre, que naquele momento, conduzia a pesquisa de iniciativa municipal.

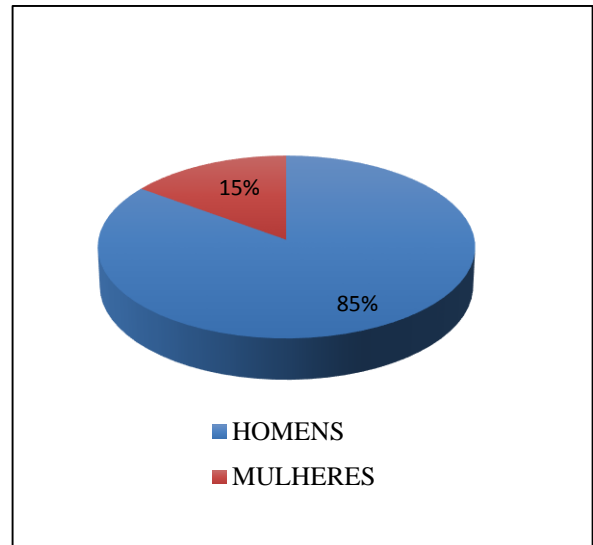
De acordo com a PNPSR (BRASIL, 2008), 82% da população em situação de rua é masculina.

Gráfico 1 - População em situação de rua – por gênero (Brasil)



Fonte : Elaborado pela própria autora à partir dos dados obtidos pela PNPSR (BRASIL,2008).

Gráfico 2 - Pessoas em situação de rua - por gênero (Campos)



Fonte: Elaborado pela própria autora à partir dos dados obtidos por Rocha e Silva (2016).

Observamos que as duas pesquisas chamam atenção para a predominância de homens em situação de rua. Silva (2009) associa essa predominância a fatores culturais, relacionados à

⁷ A pesquisa nacional contabilizou, neste período, um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos 71 municípios pesquisados. Nesse sentido, ao somar o valor do contingente da pesquisa nacional com os números das pesquisas realizadas em Recife, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre estima-se que o total de pessoas adultas em situação de rua identificadas representa, aproximadamente, 50.000. O I Censo e Pesquisa Nacional (2007/8) contabilizou em torno de 31.922 adultos em situação de rua. Embora expressivo, esse contingente não deve ser tomado como o total de pessoas em situação de rua no país. Primeiro, porque a pesquisa nacional não englobou as crianças e adolescentes que também vivem nesta situação, mas, adultos com mais de 18 anos e, depois, porque deve-se considerar que as pesquisas foram realizadas em um conjunto de municípios brasileiros e não em sua totalidade.

busca por renda para a garantia de sustento do sujeito e sua família. De acordo com os estudos de Silva (2009)

por um lado, histórica e culturalmente no país, a responsabilidade de garantir a renda para o sustento da família é atribuída aos homens, chefes de família. Da mesma forma, aos jovens do sexo masculino a partir dos 18 anos, é atribuída a tarefa do autossustento. No contexto de taxas elevadas de desemprego, essas pessoas, pressionadas a cumprir tais responsabilidades, utilizam de estratégias para encontrar uma colocação no mercado de trabalho, mas nem sempre conseguem. (SILVA,2009,p.148)

Portanto, a autora expressa todo o fardo carregado por esses sujeitos que saem em uma busca desenfreada na tentativa de cumprir essa “missão” a eles destinadas. Mas, por vezes, não conseguem cumprir com essa responsabilidade e acabam sendo conduzidos a enfrentar a dura realidade nas ruas. Além das questões relacionadas ao sustento da família, percebemos nas entrevistas novas questões enfrentadas por esses sujeitos: os conflitos com o tráfico de drogas, fazendo com que muitos saiam de seu local de origem e os conflitos com os padrastos ainda na infância ou na adolescência vêm fazendo com que os jovens, sobretudo do sexo masculino, deixem suas casas. Sobre os conflitos relacionados à “guerra” do tráfico, vivenciada nas cidades e periferias das cidades.

Como ilustração, as falas abaixo deixam claro como estes conflitos entre as diferentes facções de narcotráfico têm sido motivo para ida dessas pessoas para a rua. N., 22 anos, veio da cidade de Macaé. Está em situação de rua há 4 meses e saiu de casa devido desentendimento com traficantes que assassinaram seu irmão (a perda do irmão, também contribuiu para que Augusto fosse para as ruas). Em seu relato ele afirma que seu irmão foi assassinado por causa do tráfico e os traficantes queriam se vingar da família, mesmo depois de conseguirem por fim na vida de seu irmão. *“Disseram que iam matar se encontrassem em qualquer lugar alguém da família. Com os meus pais eles não iriam mexer, então eles iam nos irmãos e eu sou o mais novo. Traficante mata mesmo, de qualquer jeito.”* (Relato do entrevistado N. 2016). Numa outra entrevista com V. , 26 anos ele também não apresentou vontade de voltar a morar com a família em Belém do Pará, mesmo afirmando não ter mais envolvimento com o tráfico na região onde a família ainda reside. *“Não quero voltar pra morar não ! Só vou pra visitar e passar o Natal com eles , mas antes eu vou passar no Rio em Copacabana e volto pra Campos”* (Relato do entrevistado V. 2016)

Quanto às mulheres, os números apresentados são bem menores com relação aos homens, pois ainda é atribuída à mulher o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados

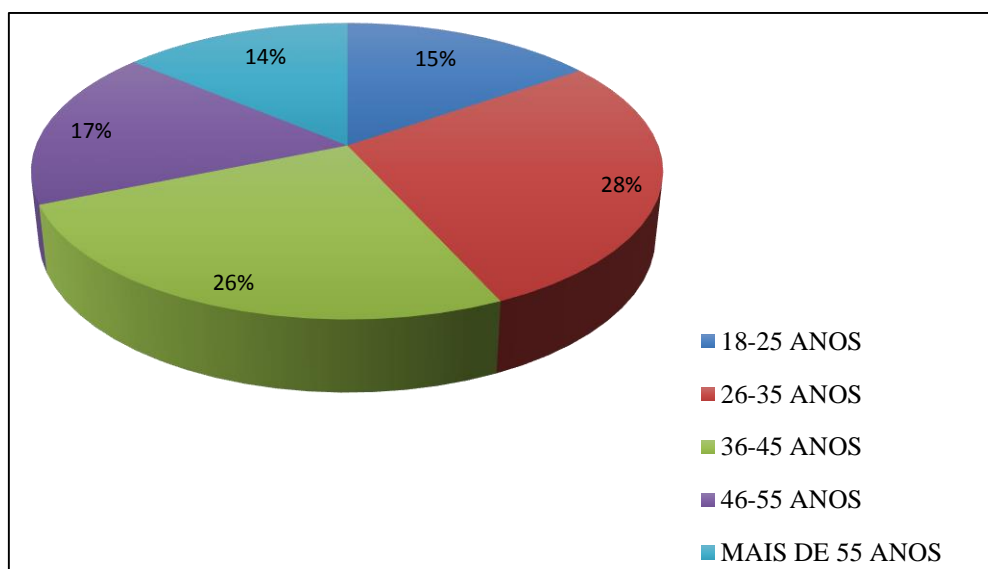
com a prole, o que implica relação de trabalho desigual e muitas vezes opressão sexual, ambos reproduzidos na situação de rua de forma acentuada (SILVA, 2009, p.148).

A opressão masculina aparece na rua de forma diferente da que surge no ambiente doméstico. Muitas mulheres adotam comportamentos machistas nas discussões, partilhando, no mesmo padrão dos homens, nas bebedeiras e do uso de droga. Entretanto, a violência sexual praticada contra elas marca-as profunda, física e psicologicamente [...]. As mulheres mantêm submissão sexual em troca de proteção e pagam muito caro por isso. Seus corpos revelam os traços de utilidade-obediência constatados nas instituições repressivas (TIENE, 2004, p.156 apud SILVA, 2009, p.148-149)

O papel na reprodução e no cuidado com a família, além da violência enfrentada pelas mulheres, são considerados fatores que influenciam na presença das mulheres nas ruas, ainda que em menor proporção. Todavia, quando mais novas fica mais fácil abandonar a casa quando é submetida à violência sexual, como expressa o relato de uma entrevistada “[...] *saí de casa aos nove anos de idade, por causa de briga em casa. Meu padrasto tentou abusar de mim, contei pra minha mãe, mas mulher apaixonada você sabe né?! Ela não quis acreditar em mim, então eu saí de casa e fui para as ruas*” (Relato do entrevistado R. 2016).

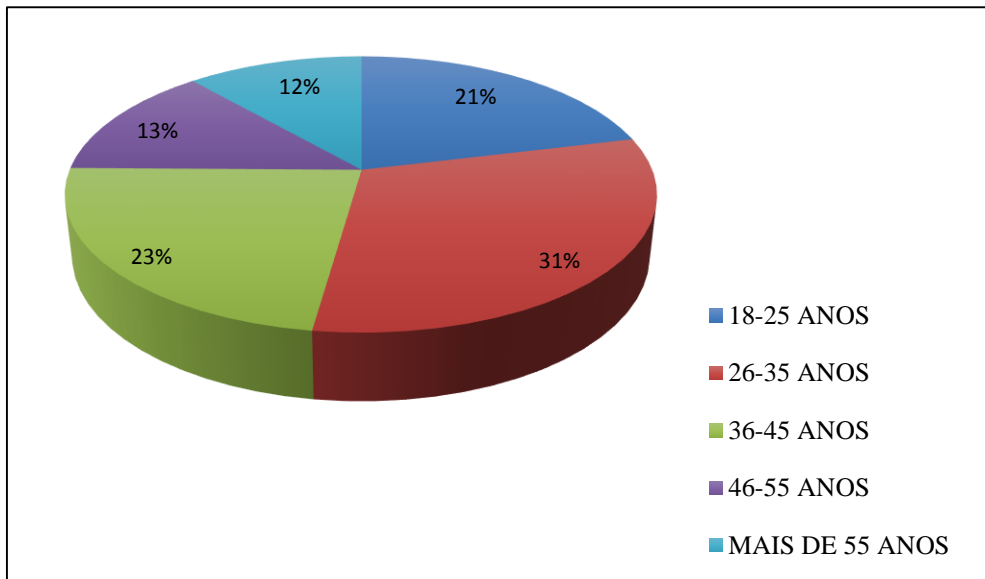
Outro aspecto importante apresentado pela PNPSR (BRASIL, 2008) é a faixa etária da população em situação de rua. A faixa etária predominante é de jovens com idade entre 26 e 35 anos tanto para homens quanto para mulheres. Realizamos uma comparação com os de Campos apresentados por Rocha e Silva (2016).

Gráfico 3 - População em situação de rua - por faixa etária/homens (Brasil).



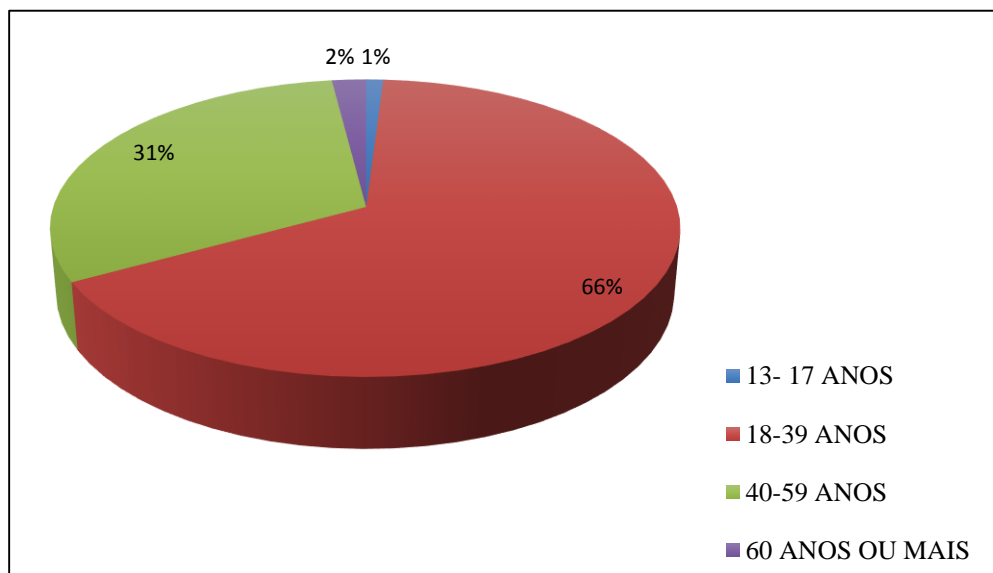
Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos pela PNPSR (BRASIL,2008).

Gráfico 4 - População em situação de rua - por faixa etária/mulheres (Brasil).



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos pela PNPSR (BRASIL, 2008).

Gráfico 5 - Pessoas em situação de rua - por faixa etária (Campos).



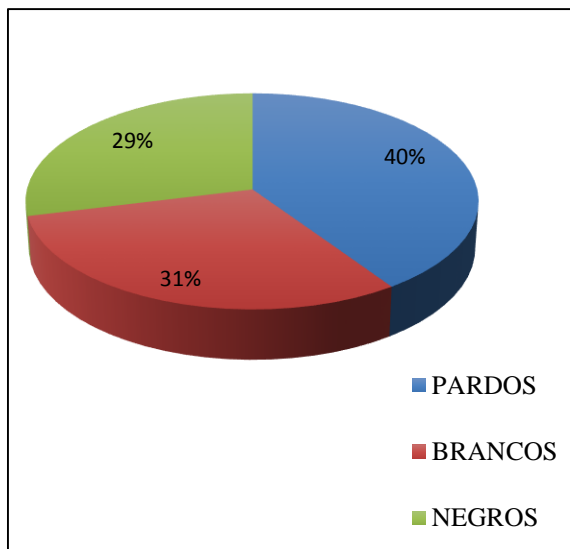
Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos por Rocha e Silva (2016).

Embora Rocha e Silva (2016) não apresente os dados por faixa etária considerando o sexo e seu intervalo seja diferente das faixas etárias apresentadas pela PNPSR (BRASIL, 2008), percebemos que ambos os estudos apresentam população majoritariamente jovem, com maior concentração de pessoas em idade economicamente ativa. Vemos então, nesses recortes

temporais, a ida para as ruas de forma cada vez mais precoce, podendo estar associada à violência em suas diversas formas, de uma sociabilidade violenta. No caso das mulheres de 18 - 25 anos pela PNPSR (BRASIL, 2008) superam os homens porque pode estar ligada à violência sexual.

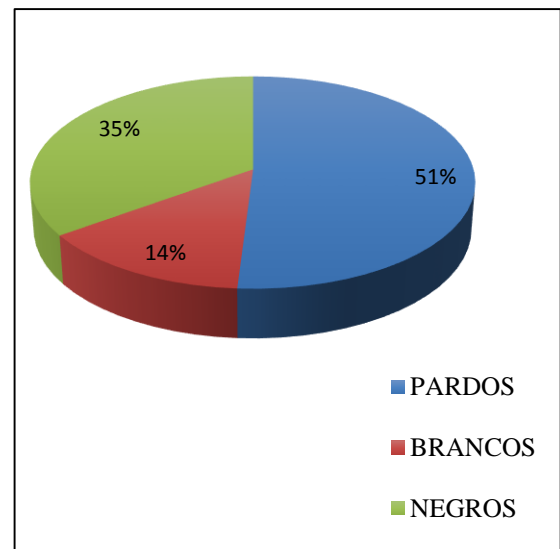
A população também é caracterizada por sua etnia. A proporção de pardos é substancialmente maior na população em situação de rua, podemos verificar quando comparamos os dados tanto nacional como local.

Gráfico 6 - População em situação de rua - por etnia (Brasil).



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos pela PNPSR (BRASIL, 2008).

Gráfico 7 - Pessoas em situação de rua - por etnia (Campos).

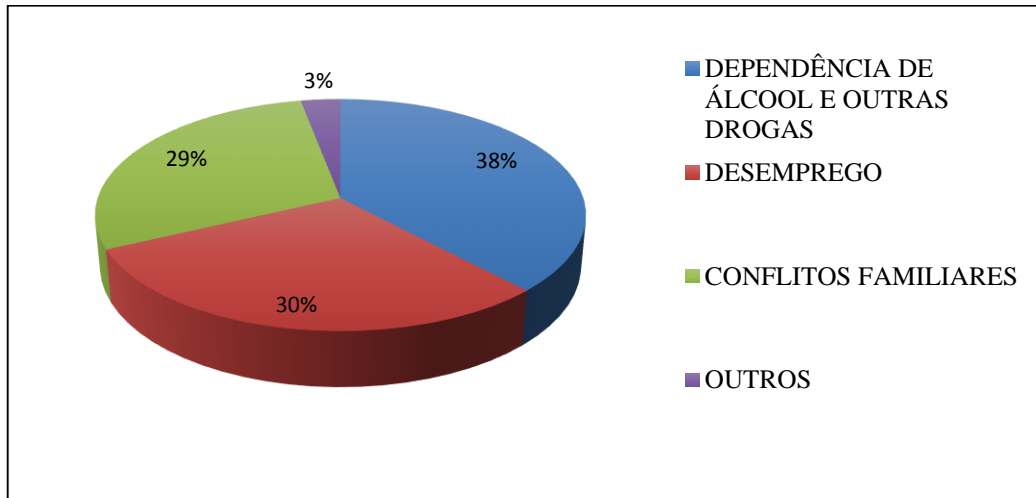


Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos por Ribeiro (2014).

Observamos que os brancos em Campos representam a metade do percentual de brancos da PNPSR (BRASIL, 2008), fazendo com que pardos e negros em Campos somem 86% contra 69% da Pesquisa Nacional.

A PNPSR (BRASIL, 2008) apresenta resultados significativos quanto aos motivos, pelos quais as pessoas se encontram em situação de rua. As principais razões se concentram em: dependência de álcool e outras drogas (38%); desemprego (30%) e conflitos familiares (29%) e outros (3%).

Gráfico 8 - População em situação de rua - por principais razões da ida para as ruas (Brasil).



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos pela PNPSR (BRASIL, 2008).

A família possui importância na formação e educação do sujeito, sendo uma instituição de referência fundamental, mas que por sua vez não consegue sozinha dar conta de todos os impasses enfrentados por seus membros e necessita de atenção e proteção. Miotto (2010,p.167-168) afirma que “A família, nas suas mais diversas configurações constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que além da sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos”. Diante de uma realidade familiar complexa e conflituosa, muitos sujeitos deixam seus lares e passam a viver a mercê da sociedade, onde passam a enfrentar outras adversidades.

Podem deixar a família com o objetivo de desvencilhar das dificuldades. Saem geralmente com uma visão bastante idealizada do que irão encontrar, vão em busca de aventuras, ganhar dinheiro, conhecer o mundo. Pode ocorrer também a opção por outro lado de vida que não o baseado no trabalho regular e na família organizada, que significa muitas vezes a entrada no mundo da marginalidade (VIEIRA, 1994, p.90)

Esta é a situação de muitos que estão em situação de rua que por diversos motivos se afastam de suas famílias, muitos ainda jovens e percebe-se como a família é atravessada pela questão social.

“Sou J., tenho 22 anos e vim de Irati, Paraná e vim da divisa da Argentina com o Paraguai, lá eu morava com minha mãe, meu padrasto, mas os dois bebe demais, mas eu não uso nada de droga só cigarro desde os 7 anos. Minha irmã ficou com eles, ela tem 25 anos. Não dá certo morar com eles não, mas às vezes eu ligo pra minha mãe,

mas não quero voltar não! Minha mãe não fala nada, mas se ela pedisse pra eu voltar eu não voltaria” (Relato do entrevistado J. 2016).

Podemos perceber como a dependência química pode estar relacionada aos conflitos familiares e ambos serem as causas de parte desse segmento irem parar nas ruas.

A dependência química pelo álcool e outras drogas como um dos principais fatores que levam essas pessoas para as ruas, também podem ser desencadeadoras do rompimento com os laços familiares. Aliás, estes não se limitam somente à família, mas incluem as outras pessoas com as quais esses sujeitos tinham ou tem forte apreço. Assim, o uso do álcool (geralmente “cachaça”) pode ser interpretado como um remédio que possibilita aos indivíduos liberarem seus códigos, amarras e entrar num mundo imaginário que o afaste, pelo menos por curtos espaços de tempo, das pressões sociais e seus problemas com a família.

Ela atua como o mediador que torna possível o desligamento do mundo das obrigações, dos papéis sociais e o mergulho num outro plano da realidade, que afasta a percepção do fracasso, faz esquecer dores e decepções, enfim torna suportável o cotidiano (VIEIRA, 1994, p.102).

Esse rompimento, prejudica ainda mais a recuperação do dependente químico. A grande maioria atendida no Centro POP (Centro de Referência para População em Situação de Rua) faz uso dessas substâncias e a ausência de contato com a família deste usuário é quase sempre um obstáculo na reinserção do mesmo à sua parentela.

A discussão sobre o uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas tem se tornado mais frequente nos meios de comunicação atuais. Seja por meio da mídia ou na observação do cotidiano das cidades, veem-se cenas que provocam perplexidade à população e demandam respostas dos poderes públicos e da sociedade em geral. A dimensão e a complexidade do problema colocam em alerta até mesmo os pequenos municípios, demandando do poder público e da sociedade em geral respostas mais abrangentes, que combinem ações nas esferas da segurança pública, da saúde, da assistência social, da educação, dentre outras, em um plano nacionalmente articulado de enfrentamento ao consumo de drogas.

Alguns aspectos relativos ao fenômeno do uso, abuso e dependência dessas substâncias apontam para a importância da dimensão preventiva das ações. É preciso reconhecer, também, o tripé biopsicossocial das dependências químicas, fruto da interação dinâmica de três fatores distintos: o tipo de substância consumida, o indivíduo e o seu contexto social e familiar. Dito de outra maneira, um mesmo tipo de droga pode ter efeitos diferentes em diferentes indivíduos.

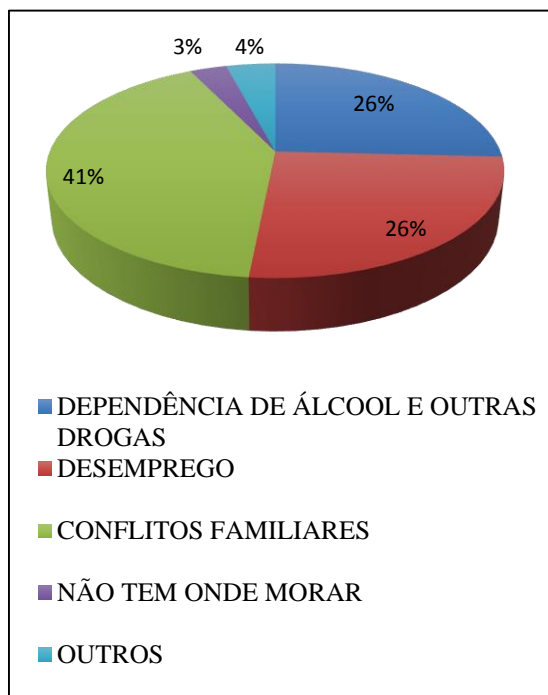
Acredita-se que apresentação de um número maior de possibilidades de apoio (familiar, comunitário, políticas públicas) ao indivíduo diminui o risco de desenvolver uma dependência

química, mesmo que venha a ter contato com a droga e a experimentá-la. Atuando, por meio de espaços de escuta, favorecendo a discussão, troca de experiências e construção de saberes sobre o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social, considera-se possível desenvolver aquilo que se denomina resiliência, que é a capacidade de se manter saudável mesmo quando submetido a situações adversas. No entanto, não se pode perder de vista o fato de que, o consumo de crack, bem como outras drogas, está presente entre crianças ainda muito jovens.

Assim podemos perceber de acordo com a PNPSR (2008) que é bem frequente na população em situação de rua o uso de álcool e outras drogas e como esse fator também está intrinsecamente ligado com os rompimentos dos vínculos familiares.

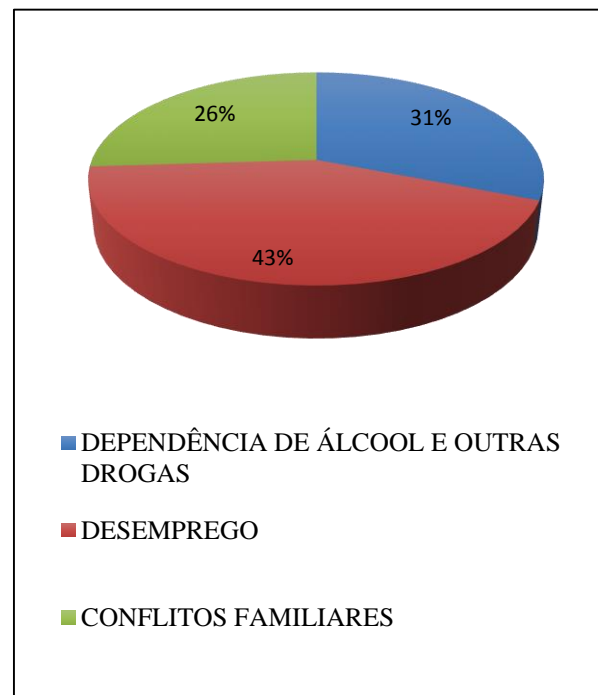
Em Campos, conforme as pesquisas de Ribeiro (2014) e Rocha e Silva (2016), percebemos que os principais motivos de ida para as ruas são os mesmos daqueles apresentados pela PNPSR (2008). Observe os gráficos abaixo:

Gráfico 9 - População em situação de rua – por principais razões da ida para as ruas (Campos/2014).



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos por Ribeiro (2014).

Gráfico 10 - População em situação de rua – por principais razões da ida para as ruas (Campos/2015).



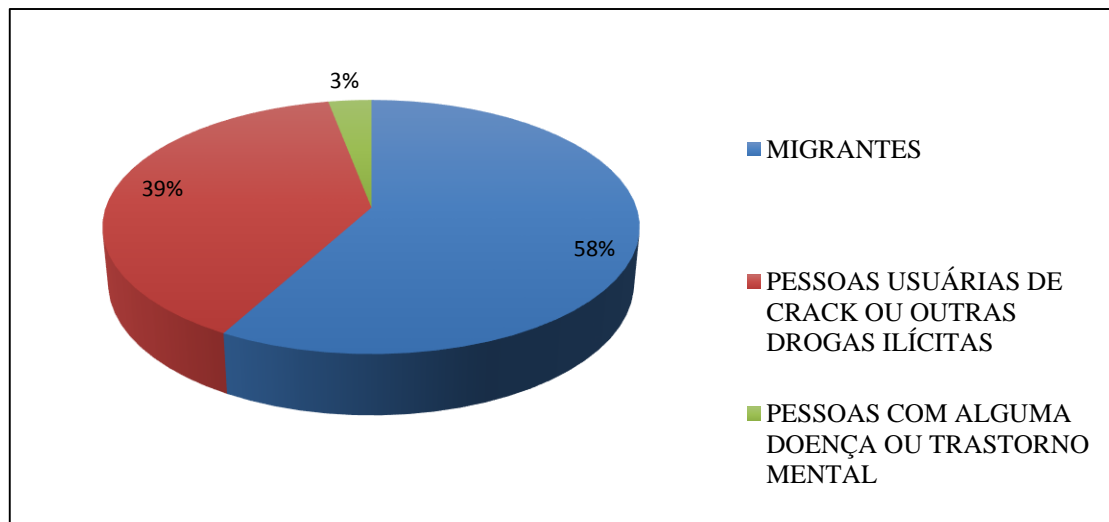
Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos por Rocha e Silva (2016).

Ao analisarmos os gráficos acima, percebemos que eles apresentam resultados distintos quanto à hierarquia das razões apresentadas pelas pessoas que vão para as ruas em Campos. Enquanto o PNPSR(2008) apresenta a dependência (38%) como principal motivo, o segundo

(RIBEIRO, 2014) aponta os conflitos familiares (41%) e o terceiro (ROCHA; SILVA, 2016) o desemprego(43%). Podemos compreender a partir dos dados apresentados, a complexidade que envolve a população em situação de rua e os diversos fatores que desencadeiam a sua heterogeneidade. Entendemos que não há um fator específico e exclusivo que leva esse segmento da população para as ruas, mas um conjunto de problemas que envolvem essa população.

Chamam atenção dois aspectos: - um primeiro aspecto relacionado aos conflitos familiares que em Ribeiro (2014) aparece com 41% , contra 26% em Rocha e Silva (2016) e um outro que se refere ao motivo desemprego que em Ribeiro (2014) aparece com 26% e Rocha e Silva (2016) com 43%. No primeiro caso, a diferença pode sugerir que dentro do item conflitos familiares pode ocultar um conjunto de outros conflitos tais como: violência doméstica, violência sexual e até mesmo a conflitos decorrentes do uso de álcool e outras drogas. No caso do desemprego a diferença pode expressar o agravamento do desemprego no Brasil ano de 2015. Vejamos os dados apontados por Rocha e Silva (2016)⁸ nos gráficos abaixo.

Gráfico 11- Aspectos específicos identificados em pessoas atendidas no serviço durante o mês de março - (Campos/2015).



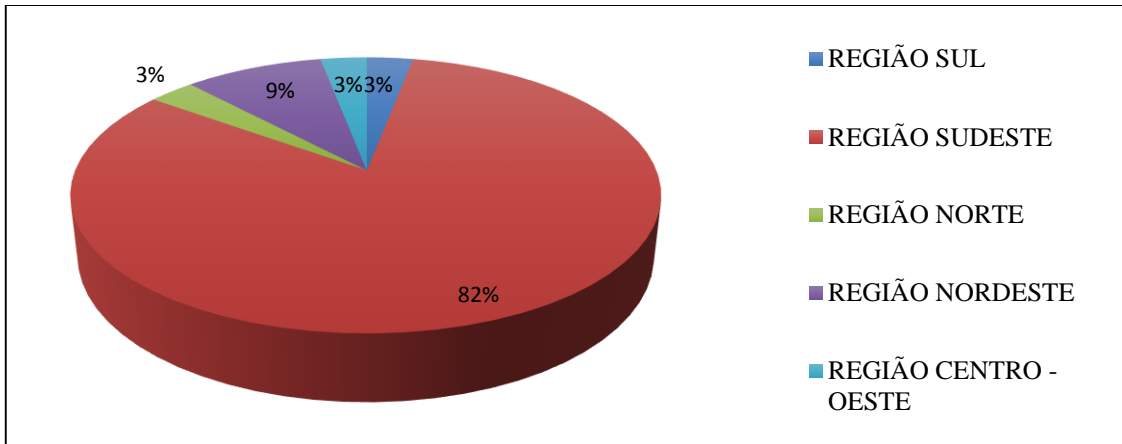
Fonte : Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos por Rocha e Silva (2016).

Faz-se necessário atentarmos para uma outra expressão da questão social quando nos deparamos com o desemprego, considerado o maior fator apresentado por Rocha e Silva (2016).

⁸ No mês de março, segundo Rocha e Silva (2016) foram identificados 55 casos novos de pessoas em situação de rua.

Podemos fazer uma relação com a migração em alta representando 58% também segundo a autora, que apresenta as regiões de origem dos migrantes atendidos no Centro Pop, chamando atenção para a Região Sudeste.

Gráfico 12 - Pessoas em situação de rua (migrantes) - por origem (Campos).

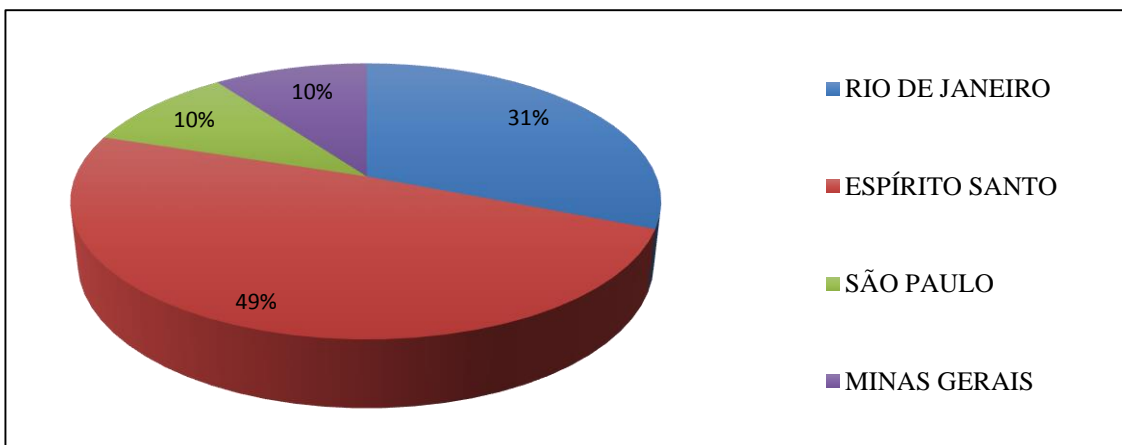


Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos por Rocha e Silva (2016).

Como podemos identificar, a Região Sudeste substituiu a Região Nordeste, que nas décadas de 60,70 e 80 constituiu a principal região dos migrantes.

Cabe ressaltar que o estado do Rio de Janeiro nos últimos 10 anos, em especial a Região Noroeste tem atraído trabalho em função do complexo do petróleo e gás e mais recentes das atividades do Porto do Açu . Um outro aspecto que muito tem se destacado é aquele em função do tráfico de drogas fator que tem impulsionado a mobilidade obrigatória, sobretudo dos jovens, ou seja, de modo violento.

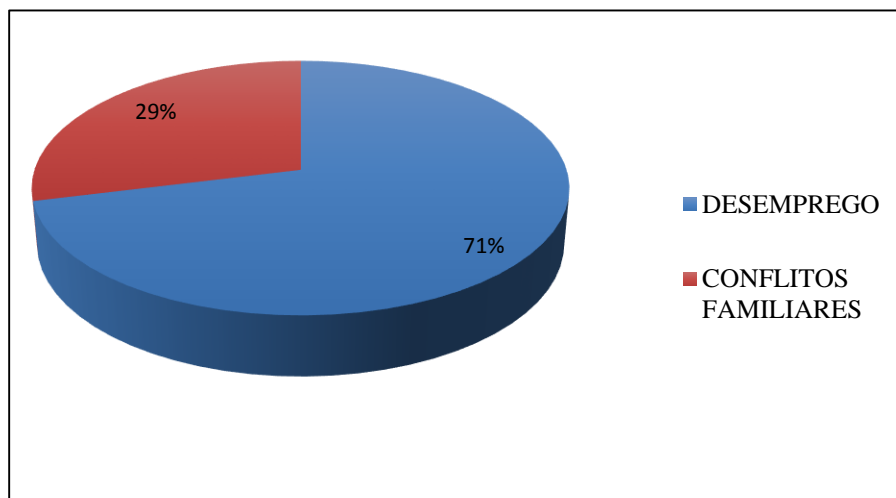
Gráfico 13 - Pessoas em situação de rua (migrantes)- por região sudeste (Campos).



Fonte : Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos por Rocha e Silva (2016).

A PNPSR (2008) aponta que 59,9% dos entrevistados viveu sua vida em um número pequeno de cidades (até três cidades), enquanto o percentual de pessoas que viveram em seis cidades ou mais é de 11,9%, indicando um comportamento de deslocamentos frequentes. Assim os que viveram em várias cidades representam um percentual dos que se deslocaram em primeiro lugar pela busca por oportunidades de trabalho e segundo problema por desentendimentos familiares.

Gráfico 14 - População em situação de rua - por principais razões das migrações (Brasil).



Fonte : Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos pela PNPSR (BRASIL, 2008).

Os resultados anteriormente apresentados, tanto municipal quanto nacional reforçam, que os movimentos migratórios constituem mais uma expressão do fenômeno estudado.

Importante entendermos que desde os tempos remotos as pessoas deslocavam-se de um lugar para o outro no intuito de melhorar seu status, sua condição de vida, e alcançar estabilidade. As migrações, oriundas de diversos lugares e por vários motivos, sejam eles sociais, econômicos, políticos e/ou culturais. Marx (1998), em sua análise sobre o processo de formação e desenvolvimento do capitalismo, demonstra que a condição estrutural da qual emerge a mobilidade populacional teria a força de trabalho e a acumulação de capital como relação social que se desenvolve qualitativa e quantitativamente.

A mobilidade social está relacionada à produtividade e à expansão física do capital, apresentando-se como condição e consequência do desenvolvimento das forças produtivas. Assim a migração se apresenta como um fenômeno ocasionado por diversas mudanças e transformações na sociedade, provocando o deslocamento de pessoas para outros lugares. Martins (2002) define migrantes como “os que colocam temporária mente entre parênteses o

sentido de pertencimento e voluntariamente se sujeitam a situações de anomia, de supressão de normas e valores sociais de referência” (MARTINS, 2002, p.144). De acordo com a concepção do autor sobre migrações internas frente ao mundo contemporâneo, essas situações, apresentam impactos muitas das vezes destruturadores no grupo de referência e origem do sujeito migrante. Os valores sociais e éticos são reformulados; uma certa auto-rejeição de sua própria cultura ocorre, uma certa incapacidade de se reconhecer como parte dos que ficaram no seu lugar de origem; novos valores são incorporados à vida todo dia. Esse fator pode explicar, o porquê de muitos não sentirem vontade de voltar para o ceio da família, por estarem tão influenciados por outras culturas e valores.

Quanto à migração Silva (2009), associa esse processo de mobilidade social aos grandes eixos de mudanças na estrutura econômica do país, às transformações geradas pela globalização e avanços tecnológicos, que exigem cada vez mais um profissional qualificado, ao mesmo tempo ao lado deste processo há também um desemprego estrutural, a exclusão social, a pobreza e a precarização do trabalho.

“Onde eu morava tá difícil de trabalhar. Eu vou para o litoral, a capital do Rio de Janeiro pra trabainhá na praia. Lá consegue, na verdade eu já tive lá né?! Fui para o Paraná e voltei de novo. Daí vou voltar de novo. Eu chamei os colegas pra vir [...] lá eu consegui me manter, eu estava no Leblon né?! Eu aluguei uma casinha, daí me roubaram e eu deixei tudo lá e vim embora e agora vou voltar pra lá”(Relato do entrevistado J. 2016).

O relato acima demonstra o deslocamento que esses sujeitos costumam realizar, para alcançar melhores condições de vida. As estratégias que assim como J. utilizou, se encontram na realidade de muitos que passam inclusive no Centro Pop e outras instituições que recebem diariamente essa população.

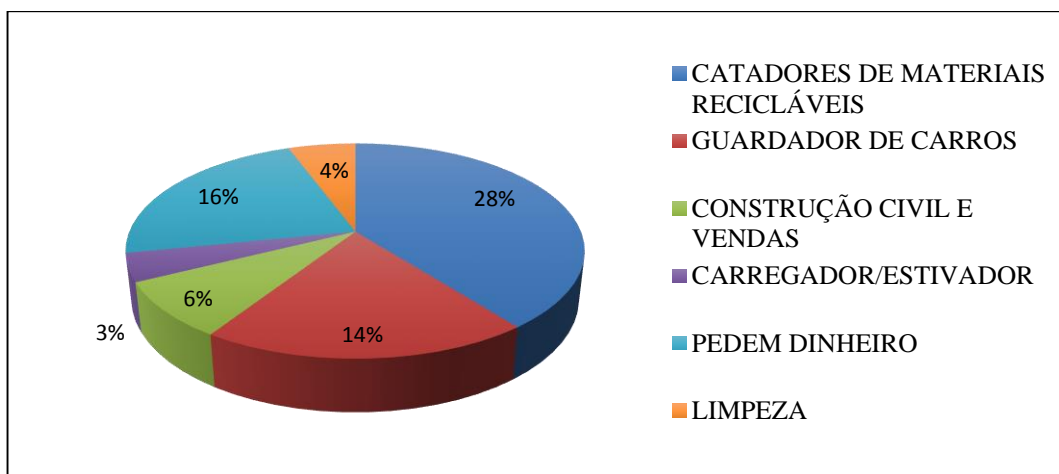
Historicamente, a própria evolução do capitalismo possibilitou deslocamentos migratórios em função da busca de emprego e renda. O fenômeno migração na contemporaneidade, dentre os mais diversos aspectos, dá origem à chamada população de rua, marcada pelo reflexo das relações capitalistas em que a pobreza urbana reflete severamente no estágio de exclusão que se encontra uma parcela da população.

“[...] é minha primeira vez em Campos, venho passando de Estado em Estado pegando carona, a pé. Há dois dias estava em Minas e ontem em Niterói. Tô nessa vida há dois meses [...] Ah!! Fiquei três mês procurando serviço lá no Paraná” (Relato do entrevistado J. 2016).

O sujeito ao sair de sua cidade expressa explicitamente uma situação de busca, de procura por melhores condições de vida, sejam elas associadas à vida econômica, financeira, profissional ou pessoal, deflagrando a necessidade de abandonar seu espaço e lugar, em direção de novos rumos, para suprir suas necessidades e dificuldades. Mas pensando em sua família, na importância de dar um retorno àqueles que também precisam dele. Sendo que todo esse processo de mobilidade social, de pêndulo de um estado para o outro, trava-se uma luta no enfrentamento das dificuldades nesse espaço. Ao se inserir em um novo espaço, o migrante se sujeita às contradições do mesmo, pois está diante de espaços diferenciados, onde as relações sociais se estabelecem de forma tão complexas.

Ainda sobre a discussão do trabalho, meu destaque as atividades ocupacionais da população em situação de rua. Em nível nacional, segundo a PNPSR (2008), 70,9% da população exerce alguma atividade remunerada; dentre essas atividades estão: catador de materiais recicláveis, guardador de carros, construção civil, limpeza e carregador/estivador. No gráfico abaixo temos os dados quantificados:

Gráfico 15 - População em situação de rua - por atividades desempenhadas (Brasil).



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos pela PNPSR (BRASIL, 2008).

Diante dos resultados apresentados considera-se que grande parte da população em situação de rua é formada por trabalhadores por conta própria e precarizados. Isso é extremamente significativo para desconstruirmos a ideia de que essa população é formada somente por “pedintes”, visto que em geral há uma minoria que pede dinheiro na rua (16%) quando comparada ao número expressivo de trabalhadores (70,9%). Em relação às profissões exercidas antes de irem para as ruas destacam-se aquelas ligadas à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%). Dos entrevistados 47,7%

nunca trabalharam com carteira assinada configurando o cenário da economia informal. Para os que afirmaram ter trabalhado com carteira assinada, 50% responderam que há mais de 5 anos e, 22,% entre dois a cinco anos.

De fato os números revelam a instabilidade desses sujeitos , que em grade maioria já passou pelo mercado de trabalho em algum momento de sua vida, como já apontaram os dados citados anteriormente. Como a reestruturação produtiva causa grandes impactos sobre os trabalhadores e age como fator impulsionador da expansão do fenômeno população em situação de rua.

A rua oferece ainda a possibilidade de realização de pequenos expedientes, como carregamento de caminhão que abastece os mercados das cidades, a guarda e lavagem de carros, comércio ambulante (água, picolé etc), a catação de recicláveis “*Eu atualmente vendo balas no sinal e trabalho como guardador de carro[...]*” (Relato do entrevistado N. 2016). Em uma outra entrevista R.,28 anos revela

“[...]agora eu tenho um companheiro e a gente cata papelão, latinha, plástico, se a gente encher um carrinho de com duzentos quilos a gente tira cem , cento e pouco , duzentos real. Mas ele não deixou eu ir (risos) daí eu fiquei com ciúmes né?! A gente cata e vende lá perto da “Portelinha”, falei pra ele que a gente vai vender e comprar um creme e xampu e sabão em pó pra lavar as roupas e não fica pedindo nada aqui no Centro Pop” (Relato do entrevistado R. 2016)

As atividades caracterizadas como “bicos”, que não apresentam continuidades muitas das vezes, fundamentadas na informalidade completamente. Silva (2009) afirma que na condição de rua, as relações com o trabalho tornam-se ainda mais precarizadas.

As relações com o trabalho que passa por essa condição social são cada vez mais precárias e desumanas. Assim, pode-se dizer que grande parte da população em situação de rua perdeu o emprego ou deixou a ocupação que antes exercia e com isso sofreu um aviltamento de suas condições de trabalho e vida. (SILVA, 2009, p.169-170)

A autora expressa claramente essa relação das condições precárias em todas as esferas dessa população em situação de rua atrelada também ao modo de produção capitalista, visto que grande parte possuía uma relação com o mercado de trabalho antes das ruas e que passam por processos de exclusão em todas as esferas desses sujeitos.

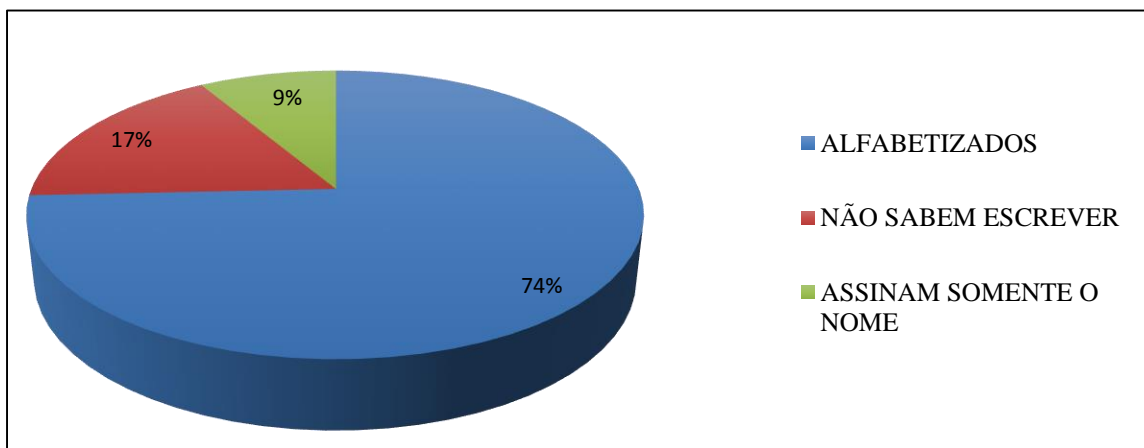
Percebemos a partir das falas dos entrevistados pela autora que o trabalho ainda é extremamente importante para a vida: “*Ah!! Só quero ajeitar a vida e ajudar a minha família é o máximo que eu posso*” (Relato do entrevistado J. 2016). Possibilita a realização de sonhos: “*Sonho em arrumar meu emprego, depois minha casa , meu terreno e prosperar um pouquinho*

(risos)” (Relato do entrevistado R. 2016). Associado à independência: “*Minha vontade é trabalhar, arrumar minha casa e viver minha vida*” (Relato do entrevistado N. 2016).

A fala do entrevistado revela que mesmo vivenciando nessa conjuntura permeada de desigualdades, dificuldades, pobreza há um sentimento de que “o trabalho possui relevância em seu imaginário, estando associado à ideia de desenvolvimento, sucesso, acesso, poder, possibilidade de consumo, felicidade e meio de subsistência” (SILVA, 2009, p.170) possibilitando a realização de sonhos

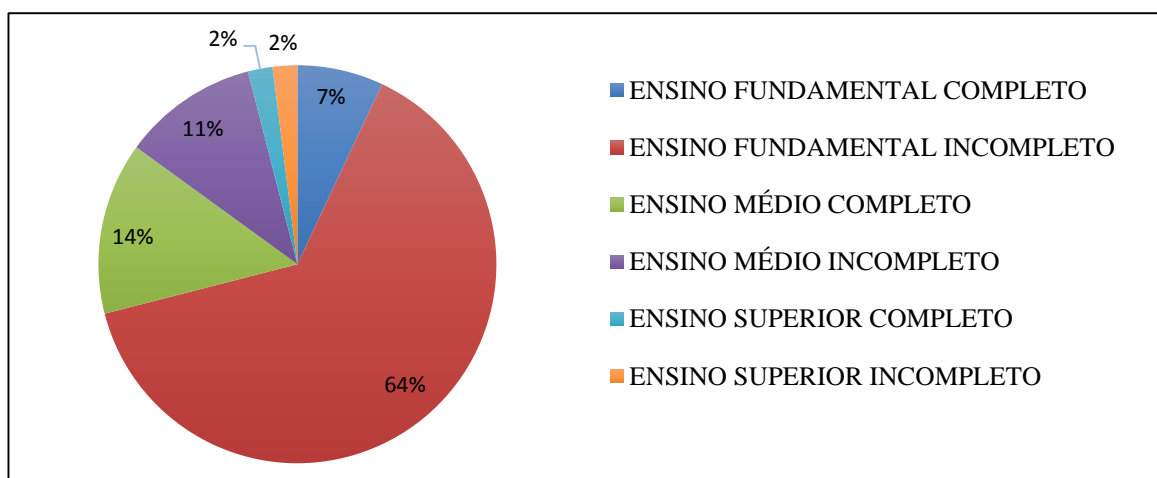
Os dados mais recentes mostram uma mudança da população quanto à escolaridade, quando comparados a PNPSR (2008).

Gráfico 16 - População em situação de rua - por escolaridade (Brasil).



Fonte : Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos pela PNPSR (BRASIL, 2008).

Gráfico 17 - Perfil dos casos novos/março- 2015 - por escolaridade (Campos).



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos por Rocha e Silva (2016).

Podemos perceber que essa população tem apresentado um diferencial quanto a escolaridade, não se caracterizando como predominantemente analfabeta, mas revelando que as pessoas em situação de rua têm apresentado níveis maiores de formação escolar. Podendo estar associada às Políticas e Programas de incentivo à escolarização implementados nos anos 90 em consonância com a transferência de renda direta, tais como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)⁹, o Bolsa Escola¹⁰ e o Bolsa Família¹¹.

Tanto que o levantamento de Rocha e Silva (2016) dos casos novos atendidos no Centro Pop apresentam: 64% das pessoas atendidas com Ensino Fundamental Completo ; 14% cursaram até Ensino Médio completamente e 2% com Ensino Superior Completo. Através do relato a seguir, podemos compreender melhor os resultados dos levantamentos, que tem contribuído para desmistificar a ideia de que a população em situação de rua é formada somente por sujeitos, sem qualquer instrução. “*Eu tenho diploma de pintura predial, panificação, computação, jardinagem e cursei até o terceiro grau do Ensino Médio*” (Relato do entrevistado J. 2016).

Diante as análises das pesquisas apresentadas aqui, compreendemos que o trabalho não é a única e exclusiva a causa do crescimento da população em situação de rua. Mas ao nos depararmos com a realidade vivenciadas por eles, chamam nossa atenção outras motivações e problemas sociais que contornam a sociedade capitalista, como já abordados no primeiro capítulo. Problemas, que se apresentam também como novas expressões da questão social assim como próprio fenômeno estudado, que constituem a realidade cruel que esses sujeitos vivenciam e as dificuldades apresentadas por cada um deles. Cada qual com suas histórias de vida, mas que tem em comum, os problemas apresentados alinhados à luta diária por sobrevivência.

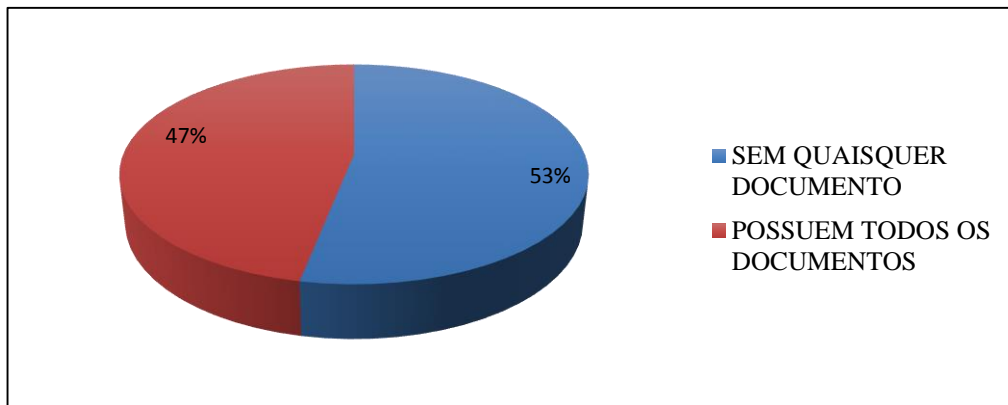
⁹ Teve início, em 1996, como ação do Governo Federal, e apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para combater o trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas (MS). Foi estendido para alcançar progressivamente todo o país para implantação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil, atendendo as demandas da sociedade, articuladas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) (BRASIL, 2015).

¹⁰ A Lei nº. 10.219, foi sancionada por Fernando Henrique Cardoso em 11 de abril de 2001 e corresponde a criação do Programa Nacional de Renda Mínima relacionada à educação denominado Bolsa Escola, voltado para famílias, que tem sob sua responsabilidade crianças com idade entre 6 e 15 anos , devidamente matriculados na rede de ensino fundamental regular e apresentem frequência igual ou superior a 85%. Mas em 2003 foi incorporado ao Programa Bolsa Família por Lula(Luís Inácio Lula da Silva).

¹¹ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência do Governo Federal, através de condicionalidades .Foi instituída no Governo Lula(Luís Inácio Lula da Silva) por uma Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, transformada em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836, que unificou e ampliou e os seguintes programas anteriores de transferência de renda:- Programa Nacional de Renda Mínima ou Bolsa Escola (2001) ; Cadastramento Único do Governo Federal (2001); Programa Nacional de Renda Mínima (vinculado à saúde) ou Bolsa Alimentação (2001); Programa Auxílio Gás (2002) – todos do Governo de FHC (Fernando Henrique Cardoso) e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação ou Fome Zero esse foi de 2003 no Governo Lula.

A exclusão vivenciada por essa população perpassa as diversas esferas. A PNPSR(2008) revela o número expressivo de pessoas que não possuem qualquer documento ou poucos e isso dificulta o acesso dessas pessoas aos serviços públicos, contribuindo para o aprofundamento da condição de sobrevivência dessa população, sobretudo da perda da identidade social que assola essas pessoas.

Gráfico 18 - População em situação de rua - por posse de documentação (2008).



Fonte : Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos pela PNPSR (BRASIL2008).

Diante de todas essas considerações pautadas A partir de que momento essa população entra na agenda pública como caso de política e não mais polícia? Estado tem respondido à essas problemáticas que envolvem a população em situação de rua? A partir destes questionamentos, traremos adiante a trajetória da política voltada para a população em situação de rua e como se dão os serviços direcionados a mesma, bem como a realidade de Campos dos Goytacazes.

2.2 Uma análise sobre as políticas sociais voltadas para População em Situação de Rua.

Falar do atendimento à população em situação de rua no Brasil é falar, também, de práticas, à princípio, pautadas na filantropia e na caridade, pelo menos até este segmento ser incorporado à Política de Assistência Social nos anos 2000. Cabe salientar, no entanto, que a chamada superpopulação relativa, ou seja, aquele segmento da classe trabalhadora mais empobrecido, majoritariamente, excluído dos direitos e integrados, de forma precarizada, no mercado de trabalho informal, além dos desocupados/desempregados e incapacitados para o trabalho, historicamente, foi objeto de ações de assistência social. Inicialmente de natureza filantrópica e, mais tarde, incorporadas pelas paróquias e comunidades e, posteriormente, pelo Estado.

Schons (1999) apresenta a gênese da Assistência Social como prática de atendimento a esse segmento mais pauperizado. Segundo ela,

para entender a questão da Assistência faz-se necessário recuperar sua gênese, sobretudo a partir da Nova Lei dos Pobres (*Poor Law Reform*), considerada o marco de constituição da força de trabalho. É preciso, outrossim, entender o que foi a *Poor Law* de 1601 - chamada “elisabetana” – revogada apenas na promulgação da Nova Lei dos Pobres de 1834. Com efeito, foi basicamente esta lei “elisabetana” que ditou os pontos norteadores da Assistência aos pobres em todo longo período. Constituiu essa lei em não muito mais numa taxa a ser paga para o benefício dos pobres e um subsídio em dinheiro, constituindo-se, na observação crítica de Bobbio, muito mais numa tentativa de eliminação dos pobres do que da eliminação da pobreza. (SCHONS, 1999, p.66)

A mendicância era extremamente punida e a chamada “vagabundagem” era considerada uma ofensa ao capital. Toda a Assistência ficava sob a responsabilidade da Igreja, responsável por sustentar os mais necessitados através da arrecadação de impostos ou taxas na própria paróquia/localidade. Mas, a Igreja reconhecendo que não havia condições de arcar com essa responsabilidade, implementava algumas práticas voltadas para a expulsão de uma parcela desses pobres, no sentido de barrar a sua entrada nas paróquias e limitando a mobilidade dessa população mais empobrecida.

Essas práticas se universalizaram durante a emergência e consolidação do capitalismo e marcou o modo de atender aos mais pobres, especialmente, a população em situação de rua.

No Brasil a pobreza é histórica e suas raízes estão firmadas nas tradições oligárquica e autoritária, devido ao longo período escravocrata que o país vivenciou. Os direitos não eram reconhecidos como importantes não só para a população, mas como “padrões de ordenamento político e econômico da cidade. Logo, não só a população mais pobre como a população que viviam nas ruas eram vistos e tratados de forma excludente e as políticas adotadas possuíam caráter higienista, desde já excludente

a pobreza tem sido parte constitutiva da história do Brasil, assim como os sempre insuficientes recursos e serviços voltados para seu enfrentamento. Nessa história, não se pode esquecer o peso da “tradição oligárquica e autoritária, na qual os direitos nunca foram reconhecidos como parâmetros no ordenamento econômico e político da sociedade”. Estamos nos referindo a uma sociedade desde sempre desigual e “dividida entre enclaves de ‘modernidade’ e uma maioria sem lugar”, uma sociedade de extremas desigualdades e assimetrias. “Um país caracterizado por uma história regida por um privatismo selvagem e predatório, que faz da vontade privada e da defesa de privilégios a medida de todas as coisas, que recusa a alteridade e obstrui, por isso mesmo, a dimensão ética da vida social, pela recusa dos fundamentos da responsabilidade pública e da obrigação social” (TELLES, 1993, p. 2-4 apud YASBEK, 2012, p.294)

Vistos, não como portadores de direitos, e sim, como indivíduos que promovem a desordem na sociedade, estando à margem de toda exclusão são geralmente perseguidos e maltratados pela polícia, e vistos com discriminação e preconceito pela maioria da população. De acordo com Sposati(1988),

é importante que a sociedade civil assuma também como sua a luta do morador de rua, hoje o setor mais excluído entre os excluídos. Precisamos todos, nos empenhar incessantemente para que o Brasil adote políticas públicas com padrões básicos de dignidade para todos os setores carentes. É esse o caminho ou, a exemplo da banalização da violência que só nos preocupa quando ela bate a nossa porta, verá com naturalidade multidões andrógenas perambulando sem rumo e sem esperança pelas ruas de nossas cidades. (SPOSATI,1988 apud SILVA, 2009, p.20)

Nos anos 70 a Igreja Católica, por intermédio da suas Pastorais de Rua, percebe que suas práticas de cunho totalmente assistencialista não supririam as demandas da população de rua, que crescia assustadoramente nas capitais e grandes cidades. Além dos problemas relativos ao desemprego e ao uso de álcool e drogas, juntavam-se outras expressões da questão social, como a ausência de uma política de habitação popular, aluguéis caros e o custo das passagens urbanas nas grandes cidades. Dorneless (2012) aponta sobre as classificações dadas a este segmento

[...] ao que correspondeu a criação de categorias classificatórias – tais como *clochard*, *homeless*, *sem-abrigo*, *sem-teto*, *sem domicílio fixo*, *morador de rua*, *pessoa em situação de rua* etc – ao mesmo tempo em que deram visibilidade a certas questões e problemas sociais, também engessaram estigmas através de sua própria produção. (DORNELESS, 2012, p.16, grifo do autor)

Como podemos observar, o próprio conceito de população em “situação de rua” passa a responder a uma mobilização política que visou chamar a atenção para as diversas situações e experiências pelas quais passam as pessoas que estão nas ruas e, dessa forma, buscar combater processos de estigmatização que rodeiam esta população.

A partir da conjuntura de redemocratização política no Brasil, ao final dos anos 80, início dos anos 90, a participação política se fortalece com o intuito de transformar problemas individuais em assuntos coletivos e na tentativa de almejar conquistas no campo dos direitos através do protagonismo popular.

Esse contexto de mobilização e participação políticas foi fundamental para a construção de espaços organizados de participação e defesa da população em situação de rua, com a finalidade de não apenas discutir profundamente este fenômeno, mas, também, enfrentá-lo de outra maneira que não pelo modo tradicional - o assistencialismo.

Nesse contexto de problematização do conceito e do modo de enfrentamento desta problemática, cabe destacar dois importantes atores: o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) foi um importante instrumento da luta política e social desse segmento

Ao longo dos anos 80, como aponta Schons (1999), a Assistência começa a ser pensada na perspectiva do direito social e da ampliação da cidadania¹² de se atualizarem as potencialidades de realização humana (SCHONS, 1999).

Nos anos 90, essa lógica passou por todas as esferas do corpo social, inclusive do Estado onde se levantaram ideais por desmonte de direitos dos servidores públicos, privatização no mercado e parceria com a sociedade civil através de ONG's, igrejas, empresas, na tentativa de solucionar a crise. Ocorreu um deslocamento das políticas sociais do campo das políticas públicas para o campo da moral (de ajudar os necessitados).

As transformações no modo de produção, como a implementação da reestruturação produtiva acarretou impactos no que tange a capacidade de implementação de políticas públicas eficientes, devido sua relação com a política econômica e o aumento da dívida pública (adquirida ao longo da história do país) .

Dessa forma, aconteceu uma forte tendência de “desresponsabilização pela política social” e isso não significou ausência de política social, no entanto significa dizer que as formulações de política social foram capturadas por uma lógica de adaptação ao modelo vigente. “Daí decorre o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais – privatização, focalização / seletividade e descentralização” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 155), o qual tendeu a se expandir através da terceirização dos serviços públicos para as empresas privadas ou ONGs estes passaram a ser considerados mercadorias e como consequência o caráter de direito social é perdido, uma vez que os serviços ficarão disponíveis àqueles que possuem recursos financeiros ou outros equivalentes para adquiri-los.

Sendo assim, pode-se dizer que a tendência geral tem sido a restrição e redução de direitos, tornando como argumento a crise fiscal do Estado, transformando as políticas sócias em ações pontuais e compensatórias direcionadas para um determinado grupo que delas necessitarem, isto é, focalização nos mais pobres. Dessa maneira, as políticas sociais são delineadas na tensão entre as conquistas constitucionais asseguradas pelo forte movimento social da redemocratização e a contra- reforma neoliberal.

¹² A cidadania entendida como a capacidade de todos os indivíduos, no caso de uma democracia efetiva, de se apropriarem dos bens socialmente produzidos de atualizarem as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, 1999, p.41). A cidadania social corresponde às necessidades humanas básicas, que devem ser providenciadas pelo Estado.

Diante disso, a privatização gera uma separação entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, ao mesmo tempo proporciona lucro para o capital. “Este é o caso da previdência e da educação superior, considerando que a saúde vive esta separação há mais tempo, especificada por alguns autores como ‘universalização excludente’, que consequentemente quebra a uniformização e a gratuidade dos serviços” (BEHRING, 2007). Na verdade, a privatização no campo das políticas sociais públicas, compõe um movimento de transferências patrimoniais, além de expressar o processo mais profundo da supercapitalização.(Ibid.)

A Constituição Federal de 1988 foi, sem dúvida, um divisor de águas no campo do reconhecimento dos direitos sociais e do processo de participação popular principalmente.

Artigo 5º, a igualdade de todos os cidadãos brasileiros perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade considerando a dignidade humana como valor fundamental e a igualdade como valor real, uma igualdade no plano dos direitos sociais visando alcançar toda a sociedade

Artigo 6º são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2000)

A própria Constituição de 1988 assegura como direito social entre outros o trabalho e a própria Política Nacional para População em Situação de rua no seu Art. 7º propõe “assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda” (BRASIL, 2009b).

Mais tarde, em 1993, o Congresso Nacional aprovou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que regulamentou os Artigos 203 e 204 da Constituição Federal “reconhecendo a Assistência Social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, além de garantir a universalização dos direitos sociais”. Em 2004 a PNAS(Política Nacional de Assistência Social) assegura a cobertura à população em situação. Após, a LOAS recebeu uma alteração sobre a obrigatoriedade na formulação de programas voltados à população em situação de rua, sob a Lei 11.258/05 de 30 de dezembro de 2005.

Uma importante conquista para o segmento foi a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua de 25 de outubro de 2006, que veio para nortear a elaboração e execução de políticas públicas voltadas para esse segmento. Mais adiante em 23 dezembro de 2009 o decreto de nº 7.053 que instituiu a Política Nacional para População em Situação de Rua.

Era necessária a criação e efetivação de Políticas Sociais que estabelecessem diretrizes e rumos que possibilitassem a (re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Os movimentos sociais foram importantes no processo de luta por novas diretrizes políticas foram criadas direcionadas exclusivamente para esse segmento da população.

Em Brasília no ano de 2005 foi realizado o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, importante para o avanço da discussão do Movimento e aproximação do Governo Federal com a população em situação de rua. No mesmo ano a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 2003 recebeu uma alteração – a Lei nº 11.258 de 30/12/2005 Altera o parágrafo único do Art. 23 da LOAS : “Na organização dos Serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo : II- para pessoas em situação de rua”. Estabelece a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à população em situação de rua, no âmbito da organização dos serviços de assistência social, numa perspectiva de ação intersetorial.

No dia 25 de outubro de 2006, após estudos e discussões por parte do governo e sociedade civil organizada foi assinado pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva o decreto da Lei nº 11.258 de 2005 que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) formado por representantes dos seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Ministério das Cidades e Ministério da Cultura juntamente com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e Sociedade Civil representada pela Pastoral do Povo e pelo Movimento Nacional de População de Rua .

Este grupo foi criado com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua no âmbito do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e pensar em uma pesquisa para o levantamento do perfil nacional da população em situação de rua. A criação do GTI foi de suma importância para que a população em situação de rua e ao Movimento adquirissem visibilidade em âmbito governamental e nacional. Dessa forma, com o apoio maior das organizações ao Movimento, que por sua vez obteve a oportunidade de reivindicar por maior participação nas esferas públicas.

A Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006 do MDS que assegurou recursos do cofinanciamento federal para municípios com mais de 250.000 habitantes com população

em situação de rua. Em agosto de 2007 deu início a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua com término em março de 2008.

Em 2009 ocorreu o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Houve uma Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social(CNAS) nº 109, de 11 de novembro, de 2009 que oficializou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, documento que tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à População em Situação de Rua na Proteção Social Especial(PSE) .

A PSE do Sistema Único de Assistência Social(SUAS) é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por decorrência de abandono, maus tratos físicos e /ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducacionais, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos. Dentro da PSE há dois níveis de complexidade : média e alta . Os serviços de média complexidade estão voltados para famílias e pessoas que estão ou sofreram alguma violação de direito. Oferecendo apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações através da promoção de direitos, preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e sociais. Devem ser ofertados obrigatoriamente no CREAS(Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

Enquanto o serviço de alta complexidade, são aqueles que garantem proteção integral como : moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para as famílias que se encontram em situação de violação dos direitos . São eles : Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) como : abrigo institucional; Casa de Passagem; Casa-Lar e Residência Inclusiva) ,Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas), Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

A oferta da atenção na Proteção Social Especial de Média Complexidade requer acompanhamento especializado, individualizado, continuado e articulado com a rede socioassistencial.

A população em situação de rua pode receber atendimento em qualquer serviço tipificado dependendo da sua demanda ou violação de direito violado, mas os serviços a seguir são os principais voltados para este segmento populacional são: Serviço Especializado em Abordagem Social(tem como objetivo assegurar atendimento de abordagem e busca ativa, para identificar a ocorrência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, e outras situações de riscos e violação dos direitos); Serviço

Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Serviço de Acolhimento Institucional e Serviço de Acolhimento em República .

O Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. No mesmo ano, a Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) nº 07 de 22 de novembro de 2010 reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADUNICO). A Portaria nº 843 de 28 de dezembro de 2010 – Dispõe sobre o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais ofertados pelo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e pelos Centros Pop e dá outras providências.

Como podemos observar, ainda que tenhamos lacunas e limites no que se refere à política de atendimento e proteção à população em situação de rua, foram muitas e significativas as conquistas no campo desta política pública a partir de 2004.

Em Campos os serviços voltados para essa população estão organizados em: Centro Pop – constituindo parte do escopo da Proteção Social Especial de Média Complexidade, a partir do Centro Pop realiza-se o Serviço Especializado em Abordagem Social

Política nacional para a População em Situação de Rua (2009) chama atenção para a intersetorialidade como uma estratégia para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que de fato atendam essa população de forma integrada nas mais políticas públicas, construindo dessa maneira uma rede que assegure a efetividade e qualidade da atenção ofertada à essa população. Para que possamos compreender sobre o conceito de intersetorialidade, Junqueira, Inojosa e Komatsu (1997) definem

A intersetorialidade é a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Visa promover um impacto positivo nas condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social. (JUNQUEIRA;INOJOSA;KOMATU,1997,p.24)

Logo a intersetorialidade não anula a singularidade de cada setor, mas é importante que estes trabalhem de forma articulada, para melhor entendimento da complexidade que envolvem a sociedade, sobretudo analisando a população e os problemas enfrentados não de forma compartimentalizada, mas em sua totalidade. Pautada por princípios e diretrizes a PNPSR, propõe a integração das políticas públicas nos âmbitos da saúde, educação, previdência social,

assistência social, trabalho e renda, habitação, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional, no atendimento integral desse segmento da população.

Segundo Castel (1998, p. 60) a “assistência é primeiramente uma proteção próxima. Diz respeito primeiramente, é oportuno que se diga, a um próximo ameaçado de afastamento social e incapaz de prover suas necessidades por seus próprios meios”. Aqui o autor se refere ao fato de uns serem atendidos e outros rejeitados nos atendimentos no campo assistencial, além desses atendimentos apresentarem preferência por aqueles que não eram capazes de prover para sua própria subsistência através do trabalho.

Importante compreendermos que qualquer política que seja instituída para o enfrentamento da pobreza deve-se levar em conta a importância da articulação da mesma com a política econômica. Pois elas estão interligadas, com investimento no âmbito social à médio e longo prazo. É necessário que se tenha uma visão do enfrentamento da pobreza de forma mais ampla, a partir da concepção de que ao mesmo tempo que existe uma grande necessidade de se inserir jovens na educação, há também demanda por políticas públicas e redistribuição de renda, mas que essas sejam sérias e articuladas, não mais pulverizadas e focalizadas. Para então buscar redefinir a organização e a gestão das políticas públicas.

Identificamos que o Estado quando apresenta as políticas sociais utiliza-se do modelo assistencial para desenvolver e introduzi-las nas relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista, representando um regime autoritário caracterizado como um mecanismo social sobretudo excludente. Pois ao mesmo tempo que inclui também seleciona os que serão atendidos, através da comprovação da sua real necessidade, ocorrendo assim uma triagem socioeconômica, levando em consideração o grau de carência dessa classe.

O Estado, desde sua origem, trabalha para a manutenção da ordem burguesa e, dessa maneira, apresenta políticas, programas e serviços de forma fragmentada, imediata, residual e discriminatória dotada de conservadorismo para enfrentamento da pobreza. Yasbek (2012) traz uma reflexão acerca modelo de proteção social adotado pelo Brasil

Sabemos que de modo geral o padrão de desenvolvimento do sistema de proteção social brasileiro, assim como dos países latino-americanos, foi bem diverso daquele observado nos países europeus, pois as peculiaridades da sociedade brasileira, de sua formação histórica e de suas dificuldades em adiar permanentemente a modernidade democrática, pesaram forte nesse processo. Assim sendo, o acesso a bens e serviços sociais caracterizou-se por ser desigual, heterogêneo e fragmentado. (YASBEK, 2012, p.994)

Apesar dos avanços das políticas públicas no âmbito da assistência, encontra-se desafios na implementação, principalmente em relação à população em situação de rua.

O município de Campos dos Goytacazes inaugurou em julho de 2011 o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP. O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua-Centro Pop, que é a porta de acesso dessas pessoas aos serviços socioassistenciais de que necessitam. Este equipamento, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, foi criado para possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial; contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento; contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua, e promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária.

Quanto ao Serviço Social, o mesmo se inseriu no Centro POP desde a sua fundação, seguindo a orientação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social que prevê para instituições de média complexidade: coordenador, assistente social, psicólogo, advogado, profissionais de nível médio ou superior para abordagem social, além do auxiliar administrativo.

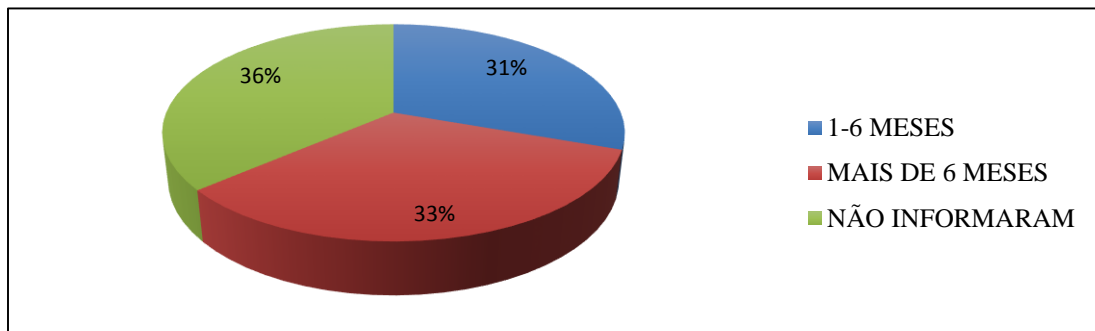
As atribuições do serviço social no Centro POP são: acolhida, escuta qualificada, oferta de informações e orientações; elaboração, com os usuários, do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar.

Esse acompanhamento é executado pelos assistentes sociais, porém não é feito com todos atendidos pelo Centro POP, considerando as especificidades e particularidades do acompanhamento especializado de cada usuário; realização de acompanhamento, por meio de metodologias e técnicas individuais e coletivas que contemplem as demandas identificadas; contato com a rede de atendimento à população, visando ao atendimento integral dos usuários atendidos e qualificação das intervenções; realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgão de defesa de direito; participação nas reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos no(s) serviço(s) e planejamento das ações a serem desenvolvidas (as reuniões são feitas mensalmente entre a equipe da instituição, mas não tem data certa); definição de fluxos de articulação; estabelecimento de rotina de atendimento e acolhida dos usuários; organização fluxos de informações e procedimentos; estímulo à participação dos usuários na definição das ações desenvolvidas ao longo do acompanhamento; registro de tudo que é feito diariamente pelos técnicos sejam entrevistas, encaminhamentos, abordagens sociais, verificar denúncias e relacionamento cotidiano com a rede para melhor atendimento dos usuários..

A equipe técnica da instituição trabalha junto com as pessoas que procuram atendimento a partir da perspectiva de resgate e efetivação garantia da cidadania e dignidade das pessoas que estão em situação de rua. Este processo é agilizado por meio de parceria com o Departamento de Trânsito do Estado do Rio e Janeiro (DETRAN-RJ) em Campos dos Goytacazes; Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e o Ministério do Trabalho (Balcão de empregos); Junta de Serviço Militar de Campos (JSM); CAPS AD (Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e drogas), ou seja, órgãos que auxiliam o trabalho da rede socioassistencial. Além do Centro Pop, o município possui a Casa de Passagem , Albergue Francisco de Assis(AFA) e o Lar Cidadão, que constituem em unidades de acolhimento para pessoas em situação de rua.

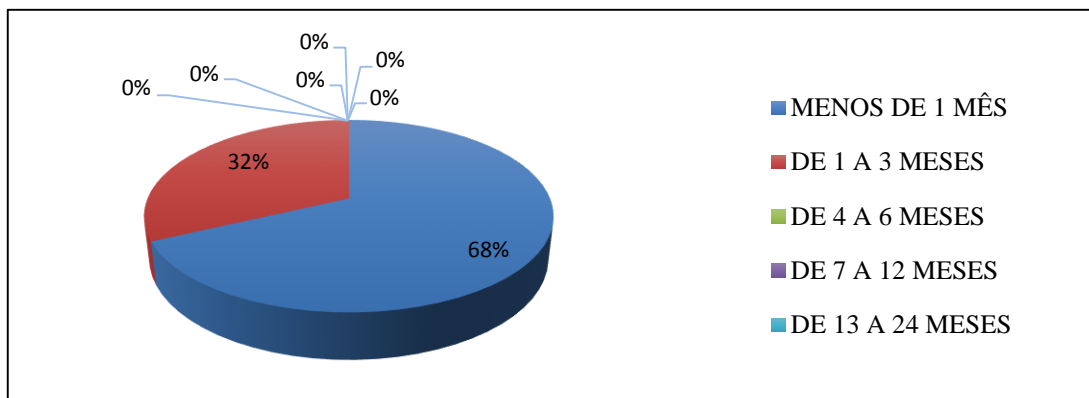
Sobre o tempo de permanência dessa população na instituições referentes aos Serviços de acolhimento para Pessoas adultas e Famílias em Situação de Rua, a PNPSR (2008) apresenta os seguintes dados:

Gráfico 19 - População em situação de rua - por tempo de permanência em albergues (Brasil).



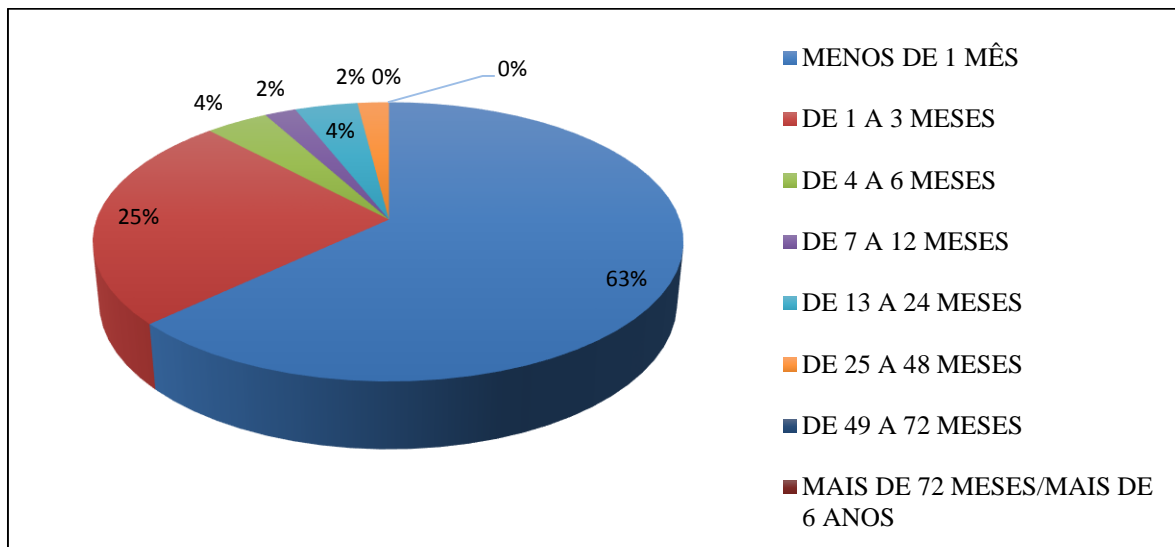
Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos pela PNPSR (BRASIL, 2008).

Gráfico 20 - Pessoas atendidas na instituição x - por tempo de permanência (Campos/2015).



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos por Rocha e Silva (2016).

Gráfico 21 - Pessoas atendidas na instituição y - por tempo de permanência (Campos/2015).



Fonte : Elaborado pela própria autora a partir dos dados obtidos por Rocha e Silva (2016).

Ao compararmos os dados da PNPSR (BRASIL, 2008) com os dados locais elaborados por Rocha e Silva (2016), percebemos que apesar de existirem serviços especializados voltados para o atendimento da população em situação de rua, há uma drástica diferença com relação aos dados nacionais quanto à permanência nas instituições, demonstrando que as pessoas em situação de rua possuem uma grande rejeição às instituições de abrigo local. As taxas que mais nos chama atenção são da permanência com menos de 1 mês representando 68% (Gráfico 20) para 63% (Gráfico 21) e de 1 a 3 meses com 32% e 25% respectivamente. Ainda segundo a PNPSR (BRASIL, 2008) 70% dormiam nas ruas e 22% em albergues/outras instituições. Os principais motivos pelos quais as pessoas continuavam dormindo na rua foram: - a falta de liberdade (48%), os horário de entrada e saída a cumprir (29%) e a proibição do uso de álcool e outras drogas nestas instituições (23%).

Em campos, a partir das falas dos entrevistados, foi possível identificar as percepções de alguns quanto aos serviços públicos especializados, voltados para essa população. Dentre os diversos motivos, destacam-se a violência e A discriminação sofrida por essa população dentro das próprias instituições, geralmente praticadas por profissionais.

“Quando eu estava fazendo tratamento pro vício, eu ouvi um dia um dos funcionários da clínica falar : “São tudo lixo! “. Ai eu respondi se somos tudo lixo, tão cuidando da gente por que ? Joga a gente na rua então. Nós não somos lixo não, mas daí você escuta um negócio desse e fica como ? Revoltada né?!. Nessa clínica eu fiquei dois meses, porque pra não ter problema lá eu resolvi sair logo”. (Relato do entrevistado R. 2016)

“Já passei por albergues em São Pulo, era bem tratado demais ! (risos). Mas aqui (Campos) nossa! Os daqui não presta não! Você tem que entrar seis horas, pra quem trabalha é difícil seis hora tem que tá lá. Eu cheguei a ir lá, mas o pessoal que encomenda croché vai me pagar sete, oito horas, depois do trabalho, do serviço deles. Então não dá pra ficar não e fico pela rua mesmo”. (Relato do entrevistado J. 2016)

Esses relatos chamam atenção para o fato de como os serviços têm sido executados nos equipamentos especializados e de que forma essas pessoas tem sido atendidas. Como afirma Pereira (20--),

tratar, portanto, a política social separada da política econômica é cair na ilusão de que uma é possível sem a outra. A existência de uma política econômica neoliberal é possível e indica a ausência e/ou drástica redução da política social. Mas, uma política social de cunho universalista e baseada nos princípios da Seguridade Social exige uma política econômica radicalmente oposta da que vem sendo implementada até os dias atuais. (PEREIRA, 20--, p.13)

Silva (2009) traz reflexões acerca dessa relação contraditória entre a população em situação de rua e as políticas sociais afirmando que :

[...] é uma relação de cobertura ínfima, de quase completa exclusão. Não existem políticas sociais no País, na esfera federal, capazes de alcançá-la como grupo populacional. Os limites de abrangência e cobertura impostos pela natureza seletiva dessas políticas são o principal fator de não alcance à população em situação de rua. As marcas históricas impregnadas na política de assistência social também contribuem para isso, uma vez que é a política que possui mais programas dirigidos a esse segmento, sobretudo programas de acolhida temporária (abrigos, albergues, moradias provisórias, repúblicas etc). (SILVA, 2009, p.186)

Ou seja, apesar dos avanços que o segmento populacional conquistou através de muita luta e mobilização dos movimentos sociais já citados, avanços enquanto políticas públicas voltadas para esse segmento , mesmo que de forma tardia . Ainda encontramos falhas na execução das mesmas. Já afirmava Schons (1999)

[...] quem opera com a Assistência, pura e simplesmente, adota uma “ação curativa, paternalista”, permanecendo na postura conservadora. Pelo contrário, quem opera com a Assistência “numa concepção de direito e cidadania” trabalha no “preventivo, sobre as causas”, postulando uma concepção transformadora. (SCHONS, 1999, p.44)

Compreendendo que a função da assistência social é a busca pela efetivação dos direitos e proteção às pessoas em situação de rua e que são assegurados em lei, porém ainda pouco satisfatórios. Faz-se necessário pensar em políticas, serviços e programas na perspectiva de que o acesso a estes seja descentralizado, articulados, com a participação dessa população, pois essas pessoas mais do que ninguém, sabem o que pode ser melhorado, transformado. Assim, a

gestão poderia ser mais participativa, contribuindo para o enfrentamento não só da pobreza, mas do conjunto de expressões da questão social que constituem esse segmento.

A luta pela efetivação dos direitos dessa população, portanto, se dá num processo de construção coletiva e, o Serviço Social constitui-se em um campo de resgate do protagonismo, buscando a mobilização da consciência desses sujeitos onde suas ações devem ser pensadas no conjunto da sociedade, de forma totalizante, na perspectiva de progredir na construção da cidadania social e na transposição da subalternidade, enquanto direção social da profissão do Serviço Social elemento na construção de estratégias com a população em situação de rua tanto nos espaços onde os serviços são ofertados, quanto nas esferas governamentais .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização das informações aqui apresentadas favoreceu a nossa reflexão acerca da relação do não - trabalho com a formação do fenômeno da população em situação de rua. Além disso, as trajetórias de trabalho deixaram claro a presença de atividades quase sempre informais e precarizadas, incapazes de satisfazer as necessidades fundamentais desses sujeitos.

Como categoria do ser social, importante para o homem na satisfação das suas necessidades básicas, o trabalho aparece como elemento central na construção da consciência e definição do modo de vida do homem. Logo, as transformações societárias recentes afetaram o mundo do trabalho e repercutiram diretamente nas condições de trabalho e na reprodução social da classe trabalhadora. Os investimentos tecnológicos realizados nas últimas décadas, substituindo o trabalho vivo, desencadearam sob a lógica da acumulação, em redução dos postos de trabalho e, por conseguinte, em milhões de desempregados e subempregados em todo o mundo, confirmando a previsão de Marx acerca da formação da superpopulação relativa.

Essas reflexões acerca do mundo do trabalho, suas mutações e rebatimentos na classe trabalhadora nos permite compreender um pouco mais sobre as suas relações com o fenômeno população em situação de rua, bem como os processos sociais e históricos que configuram a trajetória desse segmento.

Nesse sentido, podemos afirmar que esse segmento da sociedade caracteriza-se como um fenômeno de múltiplas determinações, inerente à sociedade capitalista, cuja origem e expansão vinculam-se aos processos intrínsecos à acumulação do capital, distinguindo-se, dessa forma, como um fenômeno produzido socialmente no contexto de formação de uma superpopulação relativa às necessidades médias de expansão do capital (Silva,2009). Para Silva (2009), a reprodução deste fenômeno está intrinsecamente relacionada ao processo de acumulação primitiva do capital, que consiste na expropriação dos trabalhadores e seus bens, no entanto essa população cresce desordenadamente dentro da lógica de acumulação do capital, indo para além da capacidade de absorção do próprio capitalismo.

Os dados apresentados pelas pesquisas já mencionadas foram cruciais para todo o processo deste trabalho, possibilitando o alcance do objetivo proposto. Percebemos através das análises dos dados a heterogeneidade desse segmento e a multidimensionalidade desse fenômeno. De acordo com as análises, a população em situação de rua continua sendo formada majoritariamente por homens (ROCHA; SILVA, 2016), jovens e em idade economicamente ativa, confirmando a PNPSR (BRASIL, 2008), segundo a qual 70,9% da população em situação de rua exerce algum trabalho.

Percebemos também resultados distintos quanto à hierarquia das razões apresentadas pelas pessoas que vão para as ruas em Campos. Enquanto o PNPSR (2008) apresenta a dependência química (38%) como o principal motivo de ida para a rua, RIBEIRO (2014) aponta os conflitos familiares (41%), o que por sua vez pode ocultar outros fatores que também podem desencadear nos conflitos familiares como: violência sexual, problemas com dependência química, conflitos com o tráfico de drogas, dentre outros.

Para Rocha e Silva (2016), o desemprego apareceu como principal motivo para 43% dos usuários do Centro Pop, o que pode ser reflexo da grave crise econômica e política que fez com que o desemprego atingisse níveis crescentes no país em 2015. Esse dado pode ser confirmado quando observamos o contingente de migrantes em situação de rua nas pesquisas locais. Em março de 2015, as pesquisas com os usuários do Centro Pop em Campos, indicaram um aumento significativo de migrantes, oriundos da própria região Sudeste (82%). Tal fato nos faz levar em consideração o fato do estado do Rio de Janeiro, em especial a região Norte Fluminense, nos últimos anos, estar atraindo trabalhadores desempregados em função do complexo do petróleo e gás e, mais recentemente, em virtude das atividades do Porto do Açu. Segundo a PNPSR (BRASIL, 2008) as principais motivações dos migrantes que se encontram nas ruas são o desemprego com 71% e os conflitos familiares, representando 29%.

A partir das pesquisas pudemos compreender não apenas a complexidade que envolve a população em situação de rua, mas, os diversos fatores que a desencadeia, ratificando a tese acerca da sua multidimensionalidade.

A escolaridade apresentada por essa população também vem aumentando. Até bem pouco tempo as pesquisas apresentavam uma população quase majoritariamente analfabeta. Nos últimos anos, os níveis de escolaridade têm apresentado alterações. Segundo Rocha e Silva (2016) 64% da população atendida possui ensino Fundamental incompleto e 14% Ensino Médio Completo, ou seja, a população em situação de rua não é formada somente por pessoas sem qualquer instrução.

Quanto aos serviços oferecidos a essa população, os dados apontam para uma baixa utilização dos serviços socioassistenciais em âmbito nacional e local. Os dados apontam para uma rejeição para com as instituições por diversos motivos. Segundo a PNPSR (BRASIL, 2008) cerca de 22% da população dormiam em albergues/outras instituições enquanto 70% dormiam pelas ruas. Em Campos, as taxas chamaram atenção quanto a permanência nas instituições, sendo que um dos dados aponta que 63% (ROCHA; SILVA, 2016) da população permanecia por menos de 1 mês na instituição.

Ainda segundo a PNPSR (BRASIL, 2008), os principais motivos de pelos quais as pessoas continuavam dormindo na rua foram : - a falta de liberdade (48%), os horário de entrada e saída a cumprir (29%) e a proibição do uso de álcool e outras drogas nestas instituições (23%). Essa rejeição tende a dificultar ainda mais o desenvolvimento dos serviços para com essa população.

A população de em situação de rua constantemente se depara com diversos desafios como desemprego, a baixa escolaridade, a ausência de direitos, isto é, as marcas da exclusão social são visíveis nas pessoas que vivenciam a precarização no modo de vida e de trabalho. Como afirma Yasbek (2012), a pobreza não se apresenta somente como ausência de renda ou bens, mas todo tipo expropriação. Sujeitos que, além dessas questões objetivas, trazem em suas trajetórias, as marcas dos conflitos familiares e da violência.

Este trabalho, entretanto, não pode ser encarado como um trabalho conclusivo, mas como uma organização de informações sobre a população em situação de rua com o propósito de servir de subsídios para novas reflexões no que tange o atendimento mais humanizado, através de políticas públicas articuladas e eficientes para com este segmento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez ; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

_____. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome -MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e Secretaria Nacional de Assistência Social. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Brasília: MDS, 2008 (sumário executivo).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome . Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Rua Aprendendo a Contar:** Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2009a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para População em Situação de Rua.** Brasília: MDS, 2009b.

_____. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. SUAS e população em situação de rua. v. 3. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011.

_____. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: MDS/CNAS, 2004.

_____. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. **Guia de Orientação Técnica-SUAS nº1** – Proteção Social Básica de Assistência Social. Brasília: MDS, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 5.ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca básica de Serviço Social).

_____. **Política Social:** fundamentos e história. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca básica de Serviço Social).

CARVALHO, Alba Marinho Pinho de. **A mundialização do Capital e seus impactos no mundo do trabalho:** Desafios para a luta sindical. Série de debates sobre conjuntura. Ceará: Sindicato dos Bancários do Ceará, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da Questão Social:** uma crônica do salário. Tradução de Iracoi D. Poeti. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. **Perspectivas,** São Paulo, v. 22, 1999.

DORNELLES, Aline Espindola, et all. (orgs.). **A rua em movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: A desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalhador**: Perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição na agroindústria canavieira paulista. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio P.; INOJOSA, Rose Marie.; KOMATSU, Sueli. **Descentralização e intersetorialidade**: na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. Caracas: UNESCO/CLAD, 1997 (Série Concurso de Ensayos CLAD).

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução: Reginaldo Sant'anna. 12. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v.12, n.2, p. 163-176, jan./jun. 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca básica de Serviço Social).

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Políticas Públicas de Assistência Social brasileira**: avanços, limites e desafios. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social. 20--. Disponível em <<http://www.cpihts.com/PDF02/Larissa%20Dahmer%20Pereira.pdf>> Acesso em janeiro de 2017.

POCHMAM, Márcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

RIBEIRO, Daiane Gomes. **Levantamento do perfil das pessoas atendidas no mês de novembro no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua-Centro Pop**. Relatório Semestral da disciplina de Estágio IV em Serviço Social – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2014.

ROCHA, Verônica de Oliveira; SILVA, Leda Regina de Barros (Orientadora). **Relatório final para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC**. Universidade Federal Fluminense, PROPPI. Outubro de 2016.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situações de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência social entre a ordem e a “des-ordem”**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo: Cortez, 1999.

VIEIRA, Maria Antonieta da C.; BEZERRA, Erneida Maria R.; ROSA, Cleisa Moreno M. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1994.

WANDERLEY, Mariangela Belfiori. Refletindo sobre a noção de exclusão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.55, ano 17, p.74-83, nov.1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.